

Estudo de Base

**PROJECTO DE
MAPEAMENTO DE TERRAS COMUNITÁRIAS
E PREVENÇÃO DE CONFLITOS
NO PLANALTO CENTRAL**



Apresentado ao
IFAD

Pelo
DEVELOPMENT WORKSHOP ANGOLA

Huambo – Janeiro 2007

1. Introdução:

Este diagnóstico visa contribuir para a melhoria da qualidade da informação e servir com a linha de base para o projecto de posse de terra do Município de Katchiungo. Este trabalho retrata os aspectos da vida do município de Katchiungo em varias dimensões relacionadas com a problemática de ocupação da terra. Este é o estudo de base que forma a primeira fase das actividades desenvolvidas pelo projecto sobre Mapeamento de Terra Comunitária e Prevenção de Conflitos, financiado pela International Fund for Agricultural Development (IFAD), cuja meta é a redução de vulnerabilidade das comunidades rurais no planalto central através do melhoramento ao acesso a terra, reconhecimento dos direitos tradicionais e o uso das técnicas de melhoramento agrícolas em uma das comunas do município do Katchiungo na província de Huambo..

O estudo de base deu-se particular atenção à situação dos assentamentos humanos no período pós-guerra, evolução da sua configuração física, demografia, composição da sua população, acesso dos recursos naturais com a água e florestas, situação económica, reincerção e reintegração de famílias regressadas e ainda oportunidades e riscos para a população. Devido à falta de material bibliográfico sobre o município de Katchiungo, a abordagem de recolha de dados para este perfil teve um carácter exploratório. Procurou-se, sempre quanto possível, ir para além da simples descrição das características e inventariação dos sectores sociais. Deu-se também ênfase às dinâmicas de acesso aos recursos como factor fundamental na análise dos meios de vida, nos desafios da reintegração social e nas diferenças ou níveis de desigualdade social.

O trabalho foi realizado principalmente na comuna sede do município e nas comunas de Chiumbo e Chinhama, abrangendo também as suas aldeias. Para a realização do presente perfil foram seleccionados diferentes métodos de recolha de dados que abarcaram diferentes grupos sociais; visitas às Ombalas/aldeias; consultas bibliográficas; entrevistas semi-estruturadas com informadores chave; encontros com grupos focais; entrevistas a 300 agregados familiares seleccionados de forma alietoria nas tres comunas; mapeamento físico e fotografias.

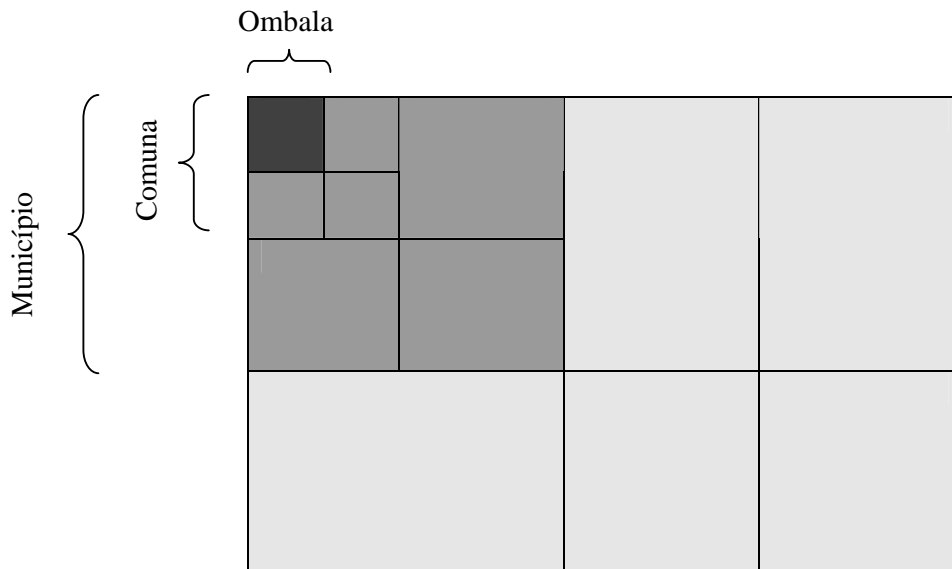
O município de Katchiungo é um dos 11 municípios da Província do Huambo conforme mostra a Figura 1.1. De um universo de 17 Ombalas (Regedorias) foram seleccionadas, aleatoriamente, 10 Ombalas onde estão sedeados os Sobas grande (*Osoma Inene*) das quais três estão situadas na comuna da Chinhama (nomeadamente Moma, Soma Dumbu e Chindonga), três na Comuna de Chiumbo (Bongo, Chipaka e Chamuanga) e outras quatro na Comuna Sede (Chivinda, Kachilengue, Catota, e Sahemba). Apesar de não ser intenção apresentar um perfil com rigor estatístico, as Ombalas e aldeias foram seleccionadas de forma a garantir a representatividade geográfica do município - ver a Tabela 1. Não sendo um trabalho conclusivo, espera-se que desta surjam elementos que ajudem na planificação de acções de desenvolvimento e também forneça matéria para investigação no sentido de melhorar cada vez mais o *stock* de conhecimentos sobre as dinâmicas de acesso das terras e aos outros recursos e meios de vida no município.

Tabela 1. Número de aldeias seleccionadas por Ombala

Com una	Nº de aldeias	Nº de Ombalas	Nº Ombalas seleccionadas
C a h i u n g o	72	8	4
C h i u m b o	84	6	3
C h i n h a m a	48	3	3
Total	204	17	10

1.1 Mapeamento Participativo

De forma a criar a linha de base do projecto, a equipe de DW utiliza as ferramentas para elaboração das mapas do Sistema de Informação Geográfica (GIS), bem como um padrão analítico utilizando a seguinte sequência temática: perfil físico e ambiental, institucional, social, econômico e a ocupação das terras. O estudo de base elaborado demonstrara a importância da utilização de um padrão diagnóstico da análise em diferentes escalas geográficas, "local", "comunal" e "municipal".

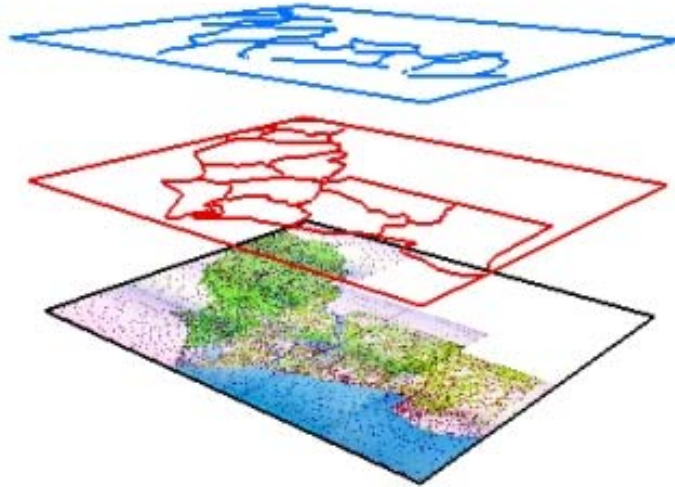


A necessidade de atualiza regularmente os dados, é também de grande importância devido as rápidas alterações relativamente aos indicadores demográficos e outros, no período pós-guerra.

Uma planificação eficiente do projecto requer informações precisas sobre a actual situação das comunidades especialmente os pobres em instituições de beneficiência, e áreas rurais; Angola, como a maioria dos países em desenvolvimento, tem falta de dados espaciais precisos e actualizados. Ferramentas como os Sistemas de Informação Geográfica (GIS) e a percepção remota, possibilita que aqueles responsáveis pela elaboração do plano, administradores locais e grupos comunitários, tenham acesso à informação fundamental para determinação de decisões à nível municipal.

GIS é um sistema de administração de informação assistido informaticamente, de dados geo-referenciados. A unidade GIS da Development Workshop tem como objectivo fazer com que a utilização do uso da tecnologia GIS seja uma preferência para desenvolver o plano relacionado com o governo municipal e participatório. Será desenvolvido um sistema de Informação geográfica durante o presente projecto; Este sistema deverá tornar-se uma ferramenta acessível para os parceiros do projecto e funcionários do governo municipal local que têm conhecimentos básicos de informática e capacidade para administração de informação. O alceamento das bases dos mapas, possibilita que informações de fórum estatístico, administrativo, demográfico, e outros, sejam apresentadas e facilmente analisadas. A tecnologia GIS é uma ferramenta muito eficiente que será utilizada no programa, pelos funcionários do projecto, administradores do governo local e parceiros de prestação de serviços, como uma ferramenta de administração de informação.

A base de dados elaborada segundo o diagnóstico de base, será interligada pela equipa do GIS (Sistema de Informação Geográfica) da Development Workshop Angola à um conjunto de mapas base que possibilita que a informação seja projectada e analisada spacialmente. O padrão geográfico proporciona a base física para o plano de administração das terras comunitárias.



As ferramentas GIS são utilizadas para elaboração do mapa espacial de dados de fórum social, demográfico, ambiental, econômico e a ocupação das terras segundo Informação geográfica. O alheamento da informação deverá facilitar a análise.

As ferramentas de pesquisa utilizadas na elaboração do estudo de base, incluem a análise de documentação publicada e (cinzenta) não publicada, entrevistas semi-estruturadas e grupos alvo separados (com homens, mulheres, a juventude, camponeses, e empresários), entrevistas à informadores chave individuais com administradores locais proeminentes, líderes e observação directa.

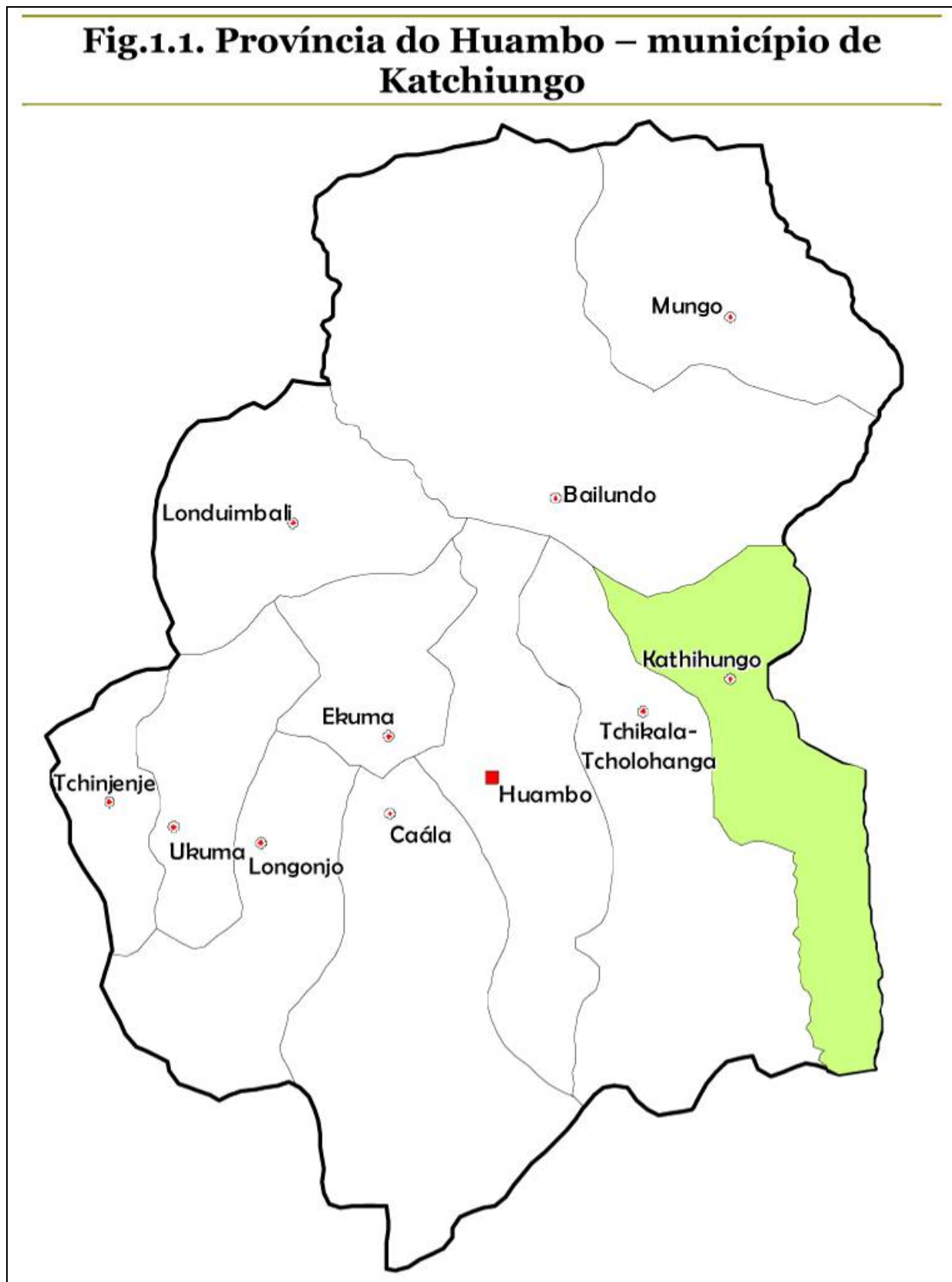
Questionários baseados no padrão de informação acima referida serão utilizados para compilar a informação local disponível (ainda que não publicada). Os resultados desta fase de pesquisa participatória são analisado aproveitando as ferramentas do GIS na produção do estudo de base.

A equipa de campo focaliza a sua diagnostica de acordo com o seguinte critério:

1. Utilizar o padrão de informação do distrito como uma ferramenta de pesquisa de dados a serem recolhidos.
2. Pesquisar, recolher e actualizar arquivos existentes localmente, informação publicada e dados fornecidos por instituições locais e outras fontes.
3. Adicionar entrevistas e questionários com informadores-chave às informações e arquivos.

Um conjunto de dados demográficos serão obtidos a partir dos Escritórios Provincial do Plano e a partir do Instituto Nacional de Estatísticas. Informações relacionadas com a população serão suplementadas com informações obtidas a partir de administradores locais.

Fig.1.1. Província do Huambo – município de Katchiungo



2. Caracterização Física e Ambiental

2.1. O Município de Katchiungo

O município do Katchiungo fica situado a Leste da província do Huambo e os seus limites estão consignados na portaria n°18/137/A, de 13/12/71, actualizada pelo despacho n°5/99. Na parte Norte é

limitado pelo município do Bailundo, a Sul pelo do Cuvango – Huila e pelo de Chitembo – Bié, a Leste pelo do Chinguar – Bié e a Oeste pelo município de Chicala – Choloanga. O Katchiungo possui uma superfície de 2.947 km² e uma população de 155.720 habitantes distribuídos por três comunas. Além da Sede da comuna (Katchiungo) existem também as comunas de Chinhama e Chiumbo, abarcando um total de 204 Aldeias subdivididas em 17 Ombalas. A Figura 2 mostra a divisão administrativa do município.

A sede do município de Katchiungo, então Bela Vista, foi fundada a 14 de Abril de 1913 por José Duarte Teixeira, mais conhecido na altura por *Kayeye*. A Vila e sede do Concelho de nome Bela Vista, criada ao abrigo da portaria n° 9435/56, surge em consequência da admiração de Kayeye pela paisagem da região. Em 1976 o município passa a ser chamado de Katchiungo, o que significa “Eco”. Este nome surgiu porque os viajantes do Kuito e Bié, que iam para Benguela, descansavam junto do rio Kutatu num morro onde durante a noite as águas do rio produziam um eco que os atraía. Esses viajantes deram o nome de “Katchivongo” a esse morro. A área é tradicionalmente ocupada por dois grupos etnolinguísticos: Ovimbundu e Nganguela. Os Ovimbundu são a maioria e ocupam a maior parte do território do município e os Nganguela ocupam a parte Sul do município, concretamente no território da comuna da Chinhama.

2.2. Características Agro-ecológicas

2.2.1. Clima e Precipitação

O clima desta região é temperado: com Inverno seco e frio e verão chuvoso e quente. A pluviosidade média é superior a 1.200 mm, mas pode ultrapassar os 1400 mm. O mês mais pluvioso é o de Dezembro. Dentro da época chuvosa (Janeiro e Fevereiro) costuma dar-se o “pequeno cacimbo”, fenómeno de ocorrência e duração irregular que é menos frequente nos limites meridionais. A época seca tem início em meados de Maio e vai, em geral, até fins de Setembro. A temperatura média anual é inferior a 20°C.

Existe pouca variação climática ao longo de toda região. As temperaturas médias anuais estão compreendidas entre os 19° e 24° C, enquanto as precipitações médias anuais oscilam de 750 mm a 1.500 mm. Na região existem duas estações distintas: a época das chuvas, com início em Setembro – Outubro e terminando em Abril – Maio, e o período seco (cacimbo), de Maio a Setembro. O cacimbo é muito rigoroso no planalto central (sobretudo nos meses de Junho, Julho e Agosto); caracteriza-se por uma humidade relativa muito baixa e pela fraca nebulosidade.

O município de Katchiungo é atravessado por rios com caudal relativamente alto, particularizando-se os rios Kutatu, Kulongonya, Cuvangu e Có. Nesta região também nascem outros rios como: Vavayela, Wembe, Kawende, Chipanga, Lutamo, Elamba-Ngelenge, Kuokulu, Chimbangua, Tembua-Soko. Existe, por isso, uma vasta rede hidrográfica na região, sendo este um factor de potencialidade do sector agrícola.

2.2.2. Geologia e Solo

Segundo o “esboço geológico de Angola”, toda a região corresponde aos terrenos antigos do maciço continental, onde ocorrem fundamentalmente formações do complexo de base, rochas eruptivas, ante câmbrias e não datadas, e do sistema Oendolongo, estas dispersas pela parte central e sul em afloramentos localizados. As rochas do complexo granito – gnáissico são longamente predominantes. Os solos predominantes são ferralíticos aráveis de baixa fertilidade para agricultura e fraca reserva mineral.

Relativamente aos solos, destacam-se na região os ferralíticos, que pelas características que apresentam obrigam ao recurso a adubações racionais, práticas culturais e a técnicas cautelosas. Os paraferalíticos, que proporcionam a possibilidade de intensificação agrícola, rentabilizando as culturas tradicionais como o milho, feijão, batata-rena, hortícolas e trigo, que encontram as melhores condições de produtividade. Por fim, os solos hidromórficos apresentam numerosas linhas de água, em geral estreitas, exploradas pelos camponeses através do controlo do lençol freático na época seca com culturas como o milho, batata-rena, batata doce, feijão e ao longo do ano com hortícolas. Este solo também oferece a possibilidade de exploração intensiva para a criação de gado bovino.

2.2.3. Vegetação

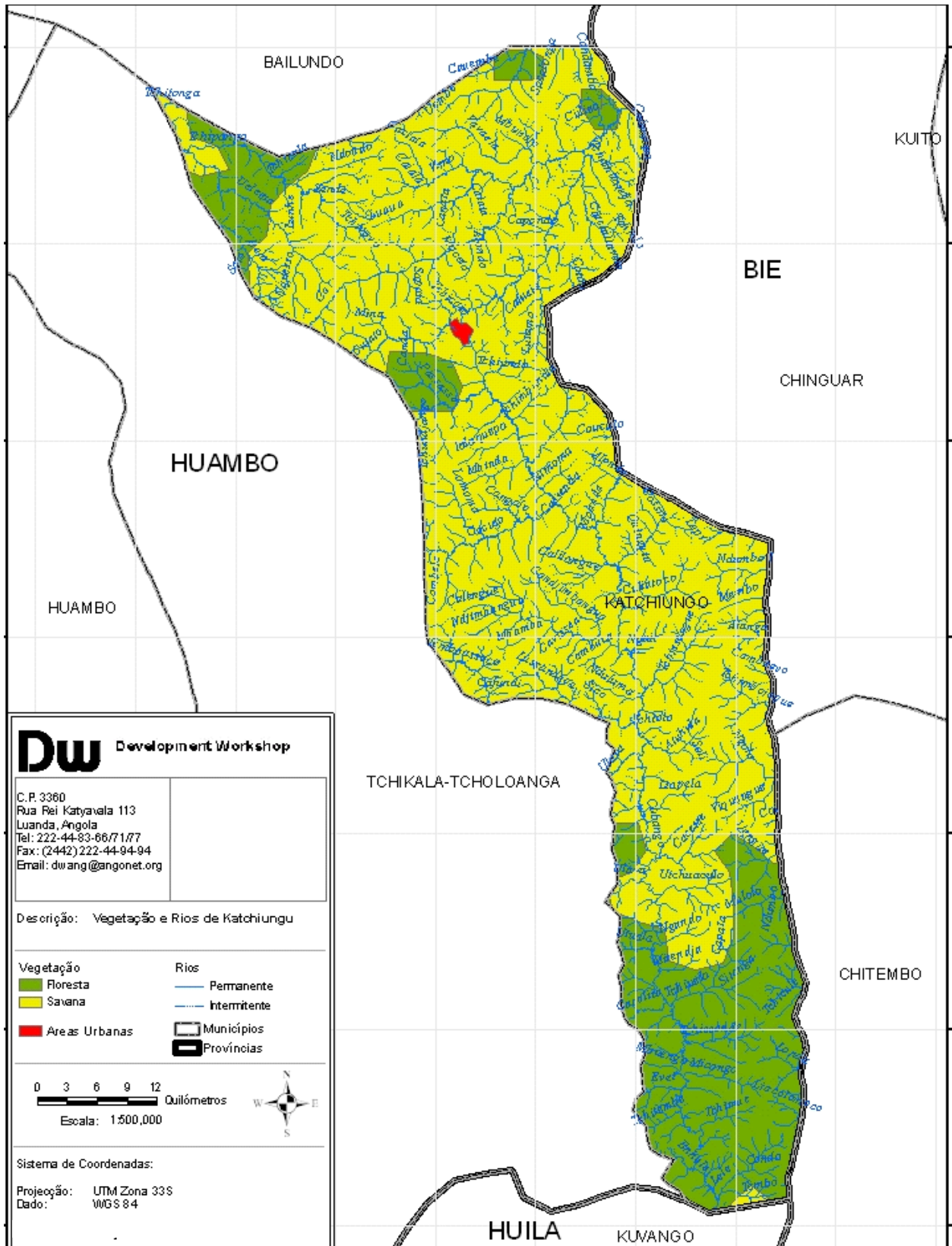
A vegetação do território é constituída por florestas abertas, savana bosque características do planalto central. Possui um mosaico de paisagens que abarcam desde florestas abertas e savana bosque genericamente conhecidas por “mata de panda” de diversas espécies e erva herbácea.

Segundo a Carta Fitogeográfica de Angola de J. Gossweiler (51) a vegetação do Planalto Central representa-se principalmente por três unidades cartográficas: “Terriherbosa e savanas de diversos tipos”, “Hiemilignosa de *Berlinia*, *Brachystegia*, *Combretum*” e “Geo-Cryptosepaletum”, referindo-se todavia que no respeitante à primeira destas categorias corresponde, em grande parte, a formas savanizadas que são induzidas da “Hiemilignosa”. Já na “Carta Fitogeografia de Angola” de Grandvaux Barbosa (8), a zona é quase integralmente ocupada pelo tipo de vegetação nº 16, que se relaciona com bosques de “Miombo” (*Brachystegia*, *Julbernardia*) e áreas de savana resultantes da degradação do mesmo, incluindo também as formações de “ongote” dos vales, e pelo tipo de vegetação nº 32, as “anharas do alto”. O potencial hídrico e vegetativo pode ser analisado na Figura 2.2. como pode-se observar, mais de 80 por cento do município é coberto por savana enquanto que florestas (assinaladas a verde escuro) encontram-se predominantemente na parte Sul do município.

Existem também grandes extensões de perímetros florestais plantadas entre as décadas 60 e 70. Uma estende-se ao longo da linha-férrea (conforme mostra a Figura 2.3) e que é pertença do Caminho-de-ferro de Benguela (CFB) e outra ao norte e leste do município, propriedade da Companhia de Celulose do Ultramar Português. Existem ainda outras plantações um pouco por quase todo território do tipo Eucalipto, pinheiro, cedro.



Fig. 2.2. Potencial hidrico e vegetativo



3. Caracterização Institucional

3.1. Administração do Estado

A estrutura organizacional da Administração do Estado na província do Huambo, não difere das outras restantes 17 províncias de Angola. Esta é exercida em três níveis: Provincial, Municipal e Comunal. No primeiro nível encontra-se o Governador Provincial apoiado por 4 Vice-governadores e pelas Direcções dos Ministérios. No segundo nível pelo Administrador municipal e seu Adjunto e no terceiro nível pelo Administrador comunal.

Administrativamente, o município do Katchiungo é gerido por um Administrador municipal que representa o Governador Provincial no município, com a colaboração do Administrador Adjunto e das secções representantes das direcções e delegações provincial dos ministérios. Este é dividido em três comunas, nomeadamente: Sede do município, Chinhama e Chiumbo; e estas por Ombalas, que na estrutura da administração colonial se chamavam "regedorias" e estas por aldeias.

Na comuna a autoridade do Estado é exercida pelo Administrador comunal que representa o Administrador Municipal coadjuvado pelo Chefe da Secretaria e pela Secção de Assuntos Comunitários, Sociais e Económicos.

Actual Capacidade Institucional

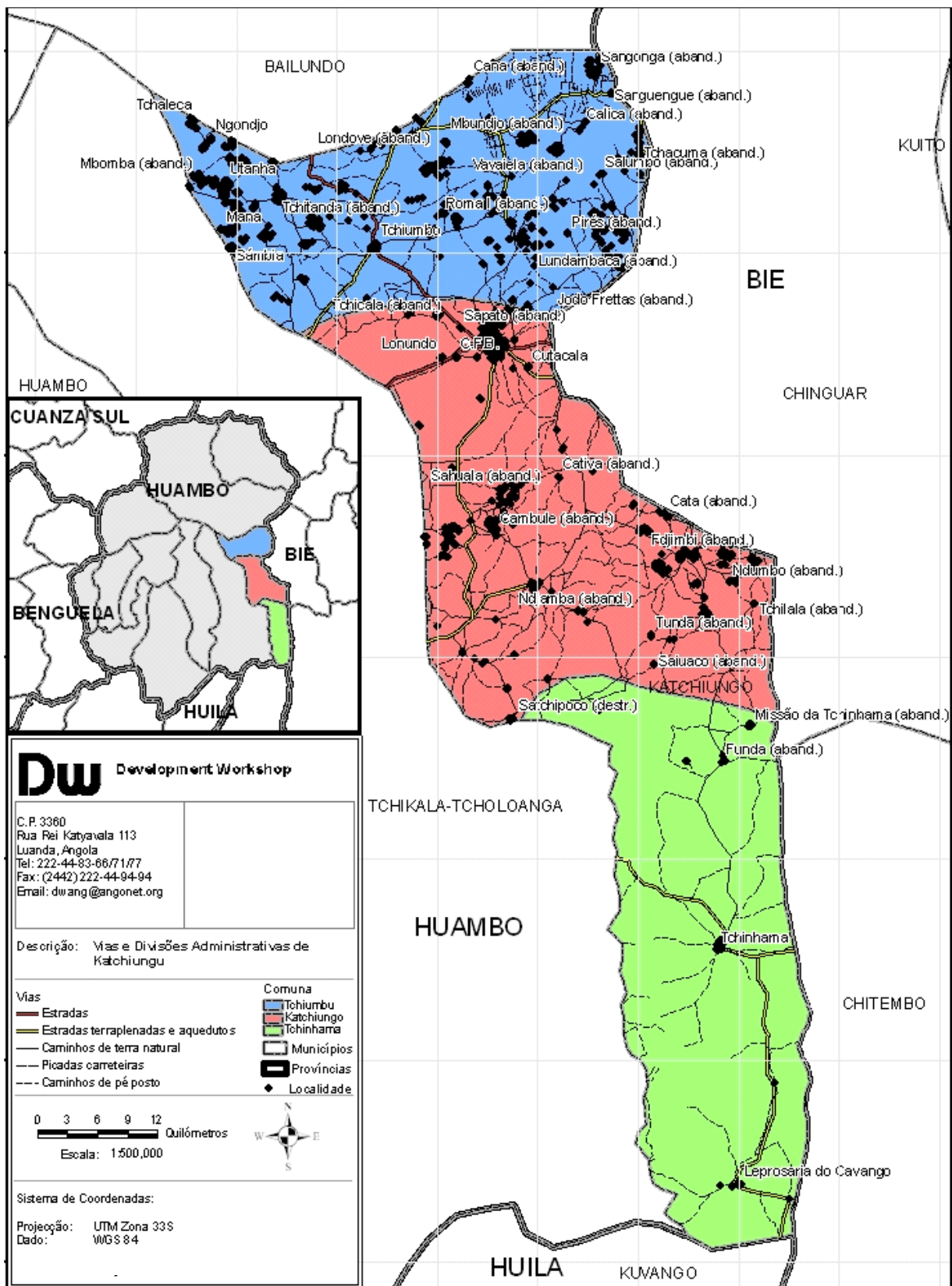
Segundo dados do Administrador Municipal, o município de Katchiungo enfrenta inúmeros problemas no seu quadro do pessoal, o nível de formação académico da maioria dos funcionários é baixo. O nível de escolaridade mais baixo no seio dos funcionários públicos é o 2º nível e o mais alto é o médio (este em menor escala).

Esta situação não satisfaz as necessidades profissionais necessárias para enfrentar os desafios do desenvolvimento do município. Desta feita, os órgãos do Estado no município já solicitaram a alguns parceiros vocacionados para apoio financeiro na formação e capacitação profissional do seu pessoal. Dentre os esforços feitos no sentido de se superar o deficit de quadros no Município inclui a criação de uma turma do Curso Pré-Universitário (PUNIV) pela Direcção Provincial da Educação e Cultura. Esta iniciativa, de carácter paliativo, visa melhorar os níveis de escolaridade particularmente do pessoal afecto a administração municipal.

Há sérios problemas em termos de infra-estruturas, nas três comunas; os edifícios onde funcionavam as administrações do Estado ficaram destruídos durante a guerra. Actualmente os órgãos do Estado trabalham em infra-estruturas provisórias. Esta em curso um programa de reabilitação de infra-estruturas do Estado, através de fundos do Governo da Província.

Cada administração comunal possui duas viaturas; uma para o Administrador e uma para apoiar a secretaria; a saúde possui três viaturas: uma ambulância (que apoia todas as comunas do município), uma carrinha e uma viatura que foi atribuída ao único médico no município. No passado existiu um serviço de correios e comunicações, que agora não funciona. O edifício onde funcionava foi destruído com a guerra. Nenhuma comuna do município possui comunicações públicas, mas as administrações comunais possuem um sistema de comunicação HF que possibilita a comunicação com a sede municipal e também com a sede da província.

Fig. 3.1 Mapa das Divisões Administrativas do Município de Katchiungo



3.2. Organização do Poder Tradicional

O poder tradicional é muito antigo, data milhares de anos. Foi este poder que governou as sociedades antigas antes do Estado, que exerce um poder político administrativo, jurídico e normativo. O poder tradicional funciona com regras próprias aceites pela população de um determinado território e com uma certa estrutura organizacional administrado por Ombalas e aldeias.

Tradicionalmente, este poder no município do Katchiungo é originário de dois reinos principais “*reino do Bailundo e do Sambo*”. Não existe um rei no município, mas as influências do primeiro envolvem a parte Leste e Norte da linha-férrea e as do segundo influem a parte Sul e Oeste da comuna Sede e a Norte da comuna da Chinhama. Na Chinhama existem duas confluências do reino dos Nganguela e do Sambo. A influência do reino dos Nganguela abrange a parte Sul da comuna, concretamente nas Ombalas de Somandumbo e Chindonga e as do Sambo a faixa Norte (Ombala Moma).

Os indivíduos que exercem o poder tradicional são eleitos por votos da população de determinada aldeia, mas este é precedido dum processo de selecção dos candidatos da linhagem dos sobas, que na língua Umbundu significa “*Eyata Iyo lo soma*” que gozam certa confiança dos habitantes do território da Ombala e/ou aldeia. Esta selecção é feita por um conselho dos Sekulu, com conhecimentos da história da origem de cada família e se pertencem ou não à linhagem dos Sobas. Segundo depoimentos dos Sobas entrevistados, não existe tempo determinado para o exercício do poder tradicional - é “vitalício e concentrado”. As eleições só acontecem depois da morte ou velhice avançada da pessoa que estiver a exercer o poder num determinado território.

O Soba Grande da Ombala e o soba da aldeia exercem o poder tradicional, independentemente da sua localização geográfica num determinado território.

Como em outros campos de actividades, para ser Soba é preciso ter capacidade de dirigir uma comunidade, competência acima de tudo. Os que geralmente elegem o soba da aldeia são os mais velhos da mesma, que conhecem melhor a vida de cada membro. Mas com o surgimento do poder político, o poder tradicional tem sofrido uma certa influência e dependência; os sobas não possuem recursos financeiros, eles são pagos pelo Estado e é este que fornece as vestes. De certa forma os Sobas são tidos como colaboradores dos Administradores no exercício de administração do Estado.



Estrutura administrativa do Poder Tradicional - *Ombala, Ondjango, Elombe*

A Ombala é a sede do poder tradicional que rege um determinado número de aldeias. No presente estudo observou-se que a Ombala não tem número definido de aldeias, esta depende da divisão administrativa do poder tradicional ou Estado. Na região estudada as suas Ombalas (regedorias) são constituídas por um número variável entre 7 a 25 aldeias.

O Ondjango representa um conjunto de pessoas reunidas entre si que podem tratar assuntos de interesse comum, quer seja em baixo da árvore ou em qualquer outro lugar, todavia este não significa só a infra-estrutura. É uma instituição comunitária do poder tradicional que é de grande importância na comunidade, porque é ali onde se tratam os assuntos da vida da comunidade, decidem-se questões, partilham-se informações, educação das novas gerações e também é um lugar que no passado servia para amparar jovens que viviam sem as suas famílias. Segundo dados dos sobas entrevistados, actualmente já não se verifica esta prática nas aldeias. A guerra é apontada como a causa principal da destruição deste costume ou valor.

Elombe é um lugar ou casa onde vive o soba grande e que traduzido na língua local significa "Osoma Inene", palácio onde o conselho (Soba, os Sekulu) da Ombala e/ou aldeia se juntam para abordar assuntos relacionados com a vida da comunidade, mas só em situações pontuais. Importa ressaltar que o Elombe é a residência oficial do soba quer seja da Ombala, quer seja da aldeia, enquanto o Ondjango é uma instituição comunitária, onde normalmente se juntam os membros de determinada aldeia e o seu respectivo conselho.

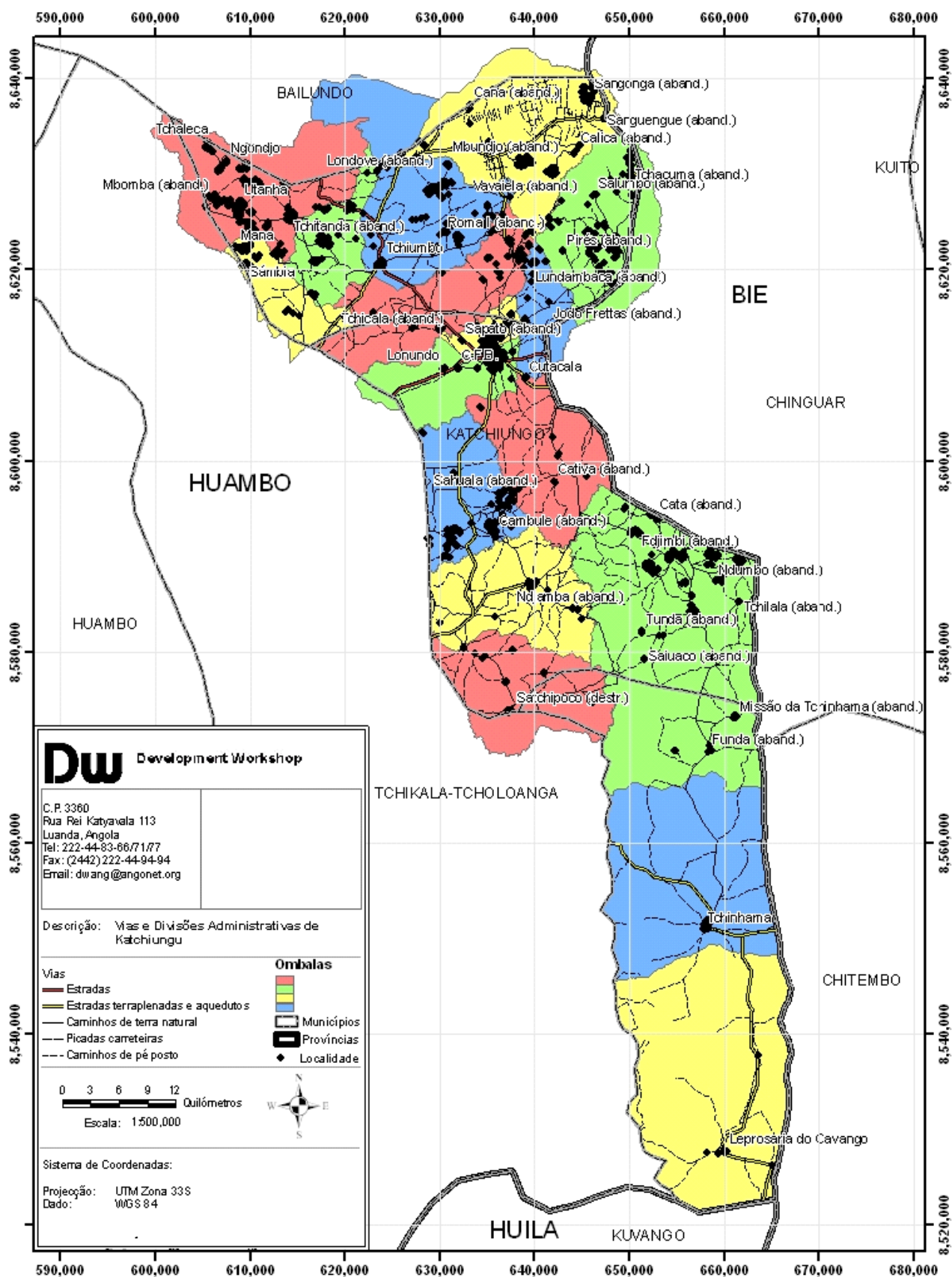
Estudo de Caso:

O soba Justino Kavata, de linhagem dos sobas, tem 69 anos de idade e é Regedor há três anos. Soba Kavata é proveniente da aldeia de Kanhanga onde foi eleito no conselho da Ombala entre 25 candidatos para concorrer a regedoria da Ombala e lhe foi depositado o voto de confiança ganhando assim o título de regedor da Ombala em 2003. Para se ser Soba, Justino afirma que para além da linhagem, *"...tem que ser, inteligente, justo, capaz de liderar o povo, trabalhador, e com capacidade de resolver conflitos na aldeia."*

Os problemas que o soba resolve na aldeia são particularmente os de carácter social como adultério, roubo, agressão, injúrias, feitiçaria, bruxaria. Os casos que estão para além das competências do Soba, incluem os crimes que resultam em vítimas mortais, crimes militares, e assaltos à mão armada. Estes são transferidos para a Administração da comuna.

Para além de resolver problemas de natureza criminal, os sobas/regedores têm emprestado todo o seu saber para o desenvolvimento das aldeias. Têm incentivado as pessoas a utilizarem recursos locais para desenvolver a agricultura e não esperar por assistência de fora. "A guerra acabou e agora temos de encontrar soluções para as nossas vidas" disse Soba Justino. Nos seus encontros com a Administração local o Soba têm colocado as principais dificuldades da Ombala e como resultado construiu-se uma escola e um posto de saúde que ainda estão por se inaugurar, a escola e o posto de saúde foram construídas por um empreiteiro que tem contrato com o governo.

Fig. 3.2 Mapa das Divisões Comuns e Tradicionais do Município de Katchiungo



3.3. Género e Inclusão / Exclusão Social

A Mulher e o Poder Tradicional

Na estrutura do poder tradicional oriundo do reino do EKUIKUI II, figura um lugar que só era ocupado pelas mulheres no *Elombe (Palácio do Rei)*, chamado *Siya*. A Siya tinha um papel valioso na solução de problemas, ela falava no conselho em representação das mulheres numa determinada Ombala. Era também conselheira das mulheres e nunca devia faltar no acto de julgar qualquer crime. Por exemplo: no caso de infracção por adultério o homem acusado podia negar perante os participantes, porém a mulher era levada à parte pela Siya, para ser interrogada, depois da conclusão era remetida novamente à plenária até que se achasse o culpado.

A mulher tomou parte na tomada de decisão na Ombala, desde o reino do EKUIKUI II, onde foi constituído este órgão feminino. Com o surgimento da guerra o papel da mulher parece ter ficado fragilizado nas Ombalas. Por exemplo, neste estudo observou-se em todos os encontros com os Sobas nas Ombalas, ausência das mulheres. Este facto revela a actual exclusão das mulheres do poder tradicional e do processo de tomada de decisões políticas a nível da Ombala.

Organização de Grupos de mulheres

Neste estudo foram encontrados grupos femininos ligados às igrejas (Evangélica Congregacional e Católica), organizações partidárias (OMA-MPLA e LIMA-UNITA), que de certa maneira interrelacionam as mulheres do município do Katchiungo. Existe um órgão feminino “Família e Promoção da Mulher” que controla um universo de 27.574 mulheres de todos os estratos. Como em outras regiões do Huambo e de Angola, as mulheres do município, ocupam-se no seu dia-a-dia de tarefas domésticas e do trabalho do campo.

A participação da mulher na tomada de decisões na vida das comunidades do Katchiungo ainda é incipiente. O papel da mulher na tomada de decisão ainda não é considerável no Ondjango, este papel recai sobre o homem, apesar de aparecerem mulheres que tomam a palavra e falam de uma forma convincente, sobretudo nas igrejas. O projecto será investigar os direitos das mulheres na aquisição, herança e posse das terras.



3.4. Organizações da Sociedade Civil e Associações Comunitárias

Após a independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, desencadeou-se a guerra civil no país, o que provocou vários problemas socio-económicos como deslocamentos das populações, miséria e mortes. A comunidade Internacional mostrou a sua solidariedade para com o povo angolano e destacou-se com parcerias fundamentais com o Governo em vários domínios da vida nacional. Assim, foram surgindo Organizações Internacionais que ajudaram e continuam a ajudar o Governo de Angola, particularmente o do Huambo, a resolver os problemas que a população enfrenta.

No município do Katchiungo, já trabalharam muitas ONGs Internacionais e outras ainda continuam a prestar apoio às populações, tal como o caso do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), DW, Programa Alimentar Mundial (PAM), Organização Internacional das Migrações (OIM), Hello Trust, Cruz Vermelha de Angola (CVA), World Vision, Oikos e ADRA Internacional.

Organizações Religiosas

Até à década de sessenta no território da antiga Bela Vista, actual Katchiungo, existiam duas grandes denominações: a Igreja Evangélica Congregacional e a Católica. Actualmente hoje existem dez denominações religiosas, que são as seguintes: Igreja Evangélica Congregacional de Angola (IECA), Católica, Igreja Adventista do 7º dia, Igreja Apostólica, Jesus Cristo no Mundo, Missão Apostólica dos Crentes em Angola, Assembleia de Deus Pentecostal, Congregação Cristã, Igreja Cheia da Palavra de Deus em Angola e Igreja Evangélica do Sudoeste Africano (IESA). A missão Evangélica do Dondi foi fundada em 1914, por missionários americanos e canadianos. Para além da formação religiosa também formava professores, enfermeiros e dava vários cursos profissionais, tais como: carpintaria, agricultura, pecuária, construção civil e saúde. A missão católica do Katchiungo foi fundada em 1948, pelo missionário Alfredo Mendes. Este facto pode ter determinado a grande influência da religião protestante (evangélica) na região.

Organizações Comunitárias

Existem 30 associações no município de Katchiungo das quais 18 estão na comuna sede e 12 na comuna do Chiumbo. Das 6 cooperativas de produção agrícola existentes, 4 encontram-se na sede do município e 2 no Chiumbo. Elas são apoiadas pelos serviços da agricultura do município particularmente com fertilizantes sendo este o insumo mais caro e mais difícil de se encontrar no mercado local.

O programa de água e saneamento da DW-Huambo construiu no Katchiungo 36 pontos de água e em cada ponto foi constituído um grupo de água e saneamento (GAS). De referir que o GAS é constituído por 6 pessoas - três homens e três mulheres - eleitos pela comunidade a partir de um exercício de voto aberto. Foram criados até a presente data um total de 36 GAS; este é o responsável pela gestão dos pontos de água assegurando particularmente a manutenção e reparação de bomba manuais. Dentre outras actividades comunitárias levadas a cabo pelo GAS desça-se a organização de palestra de educação básica para saúde e mobilização dos utentes.

Durante cerca de cinco anos que a DW trabalhou no município de Katchiungo na perspectiva de contribuir para a melhoria das condições de vida das populações, foram construídas 3 escolas no município.

No âmbito dos projectos de melhoria do sector de Educação, a DW apoiou a criação de comissões de gestão e manutenção de escola em três comunidades. Normalmente esta comissão é constituída por 4 membros do colectivo dos encarregados de educação das respectiva comunidade e é coordenada pelo director da escola.

4. Caracterização Social

4.1. Características Demográficas

Dados do ano 2000 apontam para uma população superior a 1.5 milhões de habitantes na província do Huambo com uma taxa anual de crescimento de 5% entre 1997 e 1999. Estimava-se que 47% da população encontrava-se nas áreas urbanas com uma densidade demográfica de mais de 200 pessoas por Km².

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 1970 a população do município de Katchiungo era de 66,572.. Dados recentes da administração municipal do Katchiungo que em 2005 a população era de cerca de 155.720 habitantes. Nota-se um crescimento populacional de cerca de 2.3% mas mais acelerado nos últimos quatro anos. Contudo, o facto de não haver uma distribuição etária lógica da população (ver Figura 4.1) nas três comunas, indica que tal crescimento populacional não se deve apenas ao aumento da taxa de natalidade mas também ao regresso da população deslocada e à reintegração de ex-militares e suas famílias.

Nos últimos três anos o município recebeu cerca de 18,000 ex-militares registados oficialmente no programa de reintegração do IRSEM. Tratava-se de um grupo de ex-militares relativamente jovens com um agregado familiar médio de 4 pessoas.

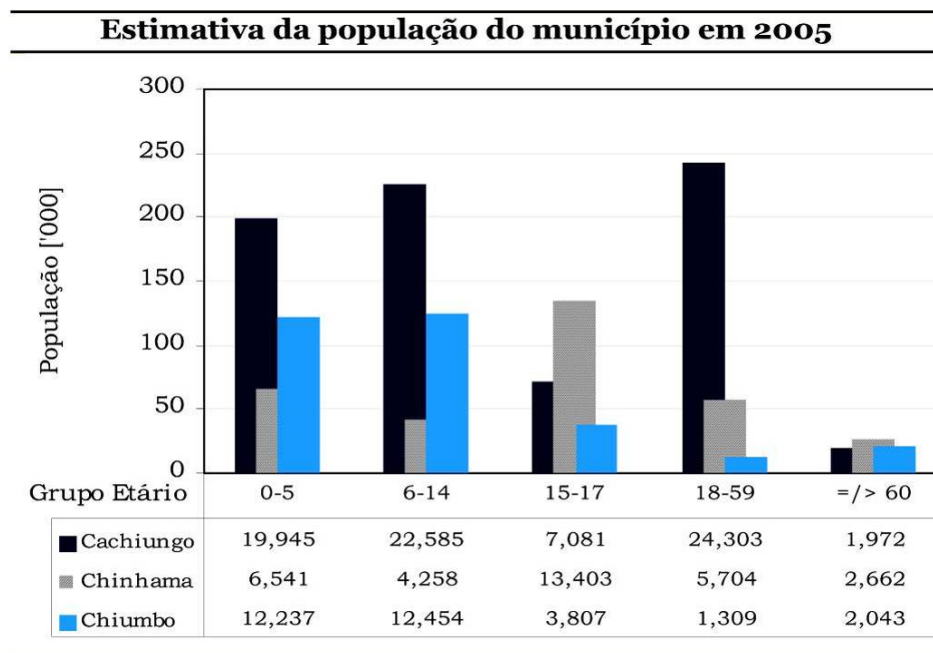
A Figura 4.1 apresenta a estimativa da população do município distribuída pelas três comunas por grupo etário. A distribuição percentual por comuna é feita na Figura 4.2. Estima-se que 54% da população esteja concentrada na comuna sede – Katchiungo – o que reflecte a tendência de concentração em áreas onde há maior disponibilidade de recursos e provisão de serviços.

Como foi mencionado acima, existe um desequilíbrio na distribuição da população por grupos etários. Na comuna da Chinhama, 41% da população encontra-se entre os 15 e os 17 anos comparando com apenas 9% na comuna do Katchiungo. Na comuna do Chiumbo observa-se um padrão relativamente inverso onde 38% da população são crianças entre os 0-5 anos e 39% são dos 6-14 anos. Nesta comuna, como consequência desta distribuição inclinada para a camada infantil, a força de trabalho é estimada, em termos teóricos, em apenas 16%. A comuna da Chinhama apresenta a maior força de trabalho estimada em 59% seguindo-se a de Katchiungo com 41%. Referiu-se acima que a comuna do Katchiungo tem a maior concentração da população, mas não necessariamente a maior força de trabalho visto que 56% desta população está entre os 0 e os 14 anos.

Não existem dados sobre a taxa de natalidade no município do Katchiungo. O último censo em Angola foi realizado em 1970, pela administração Portuguesa. Segundo dados da Direcção Municipal da Saúde de Katchiungo, registaram-se 3-4 nascimentos em média por mês, excepto os que nascem fora do controlo das unidades sanitárias.

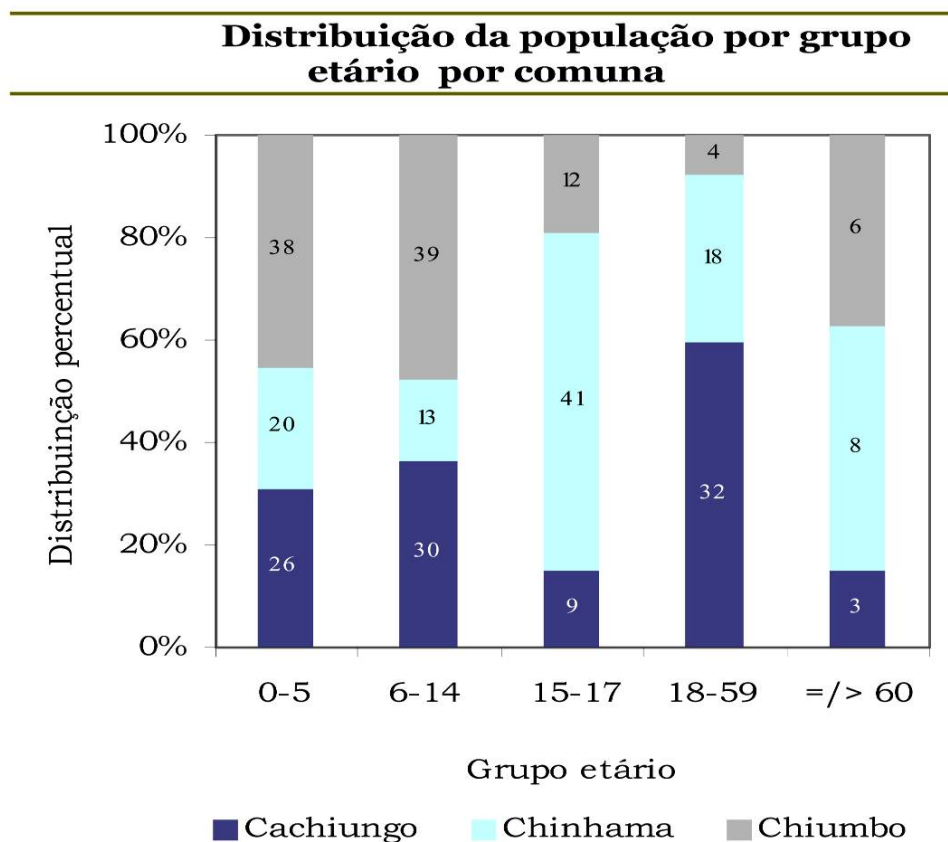
Segundo alguns dados da unidade sanitária no município, a taxa de mortalidade dos anos de 2004 – 2005 apresentou-se baixa, isto é, relativamente aos nascimentos que ocorreram nas unidades sanitárias. Não há dados fiáveis sobre os nascimentos fora destas mesmas unidades sanitárias.

Fig. 4.1



Fonte de dados: Administração municipal

Fig. 4.2



Fonte dados: Administração municipal

4.2 Assentamentos Humanos

Re-assentamento de Famílias Regressadas

Com o final da guerra em 2002, deu-se início a um processo acelerado de regresso das populações provenientes de diversos lugares de Angola e de países vizinhos: Namíbia, Zâmbia e Botswana. As aldeias que tinham sido abandonadas por força da guerra agora estão a ser reabitadas. Segundo os dados da administração municipal, de 2002 a 2005 foram reassentadas 6.233 famílias correspondendo a 34.680 ex-deslocados e repatriados, e 2.487 ex-militares. Este movimento foi acompanhado por programas de assistência e reinserção social das populações, através de entidades como o MINARS.

Segundo o Boletim de vulnerabilidade e segurança alimentar (edição nº 14, 2º trimestre de 2003), do Programa Alimentar Mundial (PAM), através do MINARS, o trimestre Maio-Julho de 2003 registou a chegada de 18.109 pessoas (ex-soldados da UNITA e suas famílias) à sede de Katchiungo, transportados sob tutela do IRSEM. Estes instalaram-se nas suas e áreas de origem. Durante o referido trimestre a administração reportou o movimento voluntário de pessoas provenientes de outros municípios e de fora da província.

Cerca de 87% dos agregados familiares em Katchiungo estiveram divididos em determinados períodos do conflito. Um ano depois do fim da guerra começou-se a registar o regresso massivo das famílias às áreas de origem. Todas as famílias regressadas afirmam que *“não há nada melhor que voltar a casa – estamos muito satisfeitos por regressar à terra de origem onde cada um já pode fazer o que quer sem muita dificuldade.”* Na Ombala Mona várias famílias regressaram há quase três anos. A população esteve deslocada na Sede do município – Katchiungo – e na província do Bié (municípios de Chinguar, Kuito e Chitembo). Como deslocados, foram acolhidos pelo Governo local e foram-lhes cedidos lugares para construir casas. O PAM apoiava com alimentação em locais de acolhimento.

Devido às diferentes tradições e costumes das zonas de acolhimento, à falta de terra para cultivar e à falta de oportunidades profissionais, muitos acabaram por regressar a casa em 2003.

Contudo, o processo de reintegração não é linear e apresenta os seus próprios desafios. O apoio à reinstalação, dado pelo PAM e o CICV, terminou em Maio de 2005 antes que se conseguissem criar reservas alimentares para o auto-sustento. O baixo grau de recuperação da produção agrícola deste grupo está aliado ao facto de não terem tido acesso à terra imediatamente após a chegada à aldeia. Apenas 16% dos agregados deslocados conseguiram reaver as suas terras durante o primeiro mês de reinstalação. Cerca de 46% encontraram as suas lavras antigas mas não tinham sementes nem instrumentos para trabalhar, ao passo que 30% deles reportou que as lavras tinham-se transformado em mato. A produção de milho, feijão e batata-doce da época passada (2004-05) apenas chegou para cobrir as necessidades alimentares das famílias por breves meses. Para suplemento das receitas deslocam-se para o Chitembo, onde efectuem trabalhos de campo (biscates) e são pagos em dinheiro ou em géneros. A fraca capacidade de adquirir fertilizantes; falta de charruas e gado de tracção; e a falta de sementes são as dificuldades mais comumente referenciadas pela população reinstalada.

Mas a fraca produção agrícola não é o único constrangimento no processo de reinstalação. Muitas aldeias ficaram abandonadas por vários anos o que resultou na degradação das infra-estruturas e rompimento dos serviços de base. As más condições de habitação, a falta de assistência médica, a falta de professores e a falta de água potável não são condicionantes menos importantes que a fraca produção agrícola.

4.3 Abastecimento de Água Potável

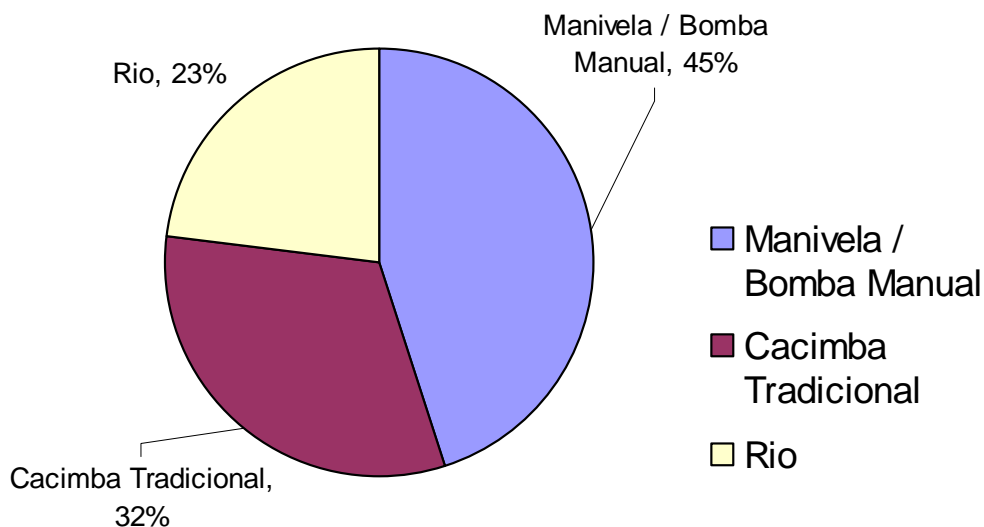
O sistema de captação de água canalizada, construído em 1961, não funciona há cerca de 25 anos. Este sistema parte do rio Cutato, a 4 km da sede do município, portanto, clama-se pela sua reabilitação.

No município de Katchiungo presentemente a população com cerca de 155.720 pessoas utilizam a água de poços tradicionais, poços e nascentes melhorados, construídos pela Organização Internacional e ONG, nomeadamente DW e CICV (Conselho Internacional da Cruz Vermelha). Nas sedes comunais e em algumas aldeias das comunas de Chiumbo e da Sede o número de pontos de água é bastante insuficiente se considerarmos o universo da população das aldeias que constituem o município. A Figura 4.3 apresenta os dados sobre acesso a água no município.

Em Katchiungo não existe tratamento de esgotos. O sistema de recolha de resíduos sólidos, doméstico e hospitalar, é feito à mão por inexistência de meios de transporte e carrinhos-de-mão. Existem algumas iniciativas locais consubstanciadas em educação às populações em higiene básica, através do pessoal da saúde em centros e postos de saúde e também por meio de igrejas que educam as populações para a construção de latrinas familiares. A DW, em 2003, apoiou a construção de latrinas familiares em algumas aldeias. Já foram construídas cerca de 1,000 latrinas melhoradas com uma tampa feita com cimento e brita removível depois do buraco encher. Foi observado que as famílias em todos os casos utilizam essas latrinas.

Os resultados das entrevistas individuais e colectivas indicam melhorias nas formas de acesso à água para consumo, tanto em termos de qualidade como em quantidade nos últimos dois anos. Esta melhoria deve-se ao esforço conjunto da direcção municipal de água em parceria com a DW. Actualmente, 45% da população tem acesso a fonte segura de água (manivela) o que representa um aumento de 2% relativamente ao ano anterior. Apesar dos dados indicarem que 23% das famílias usam água cartada dos rios, esta água raramente é utilizada para beber e cozinhar. Quase 60% das famílias têm acesso a água de cacimbas ou manivelas, a menos de 200m das suas residências.

Fig. 4.3 Fonte de Água Potável



A análise de acesso a água foi feita apenas para água obtida a partir de fontes seguras como cacimbas melhoradas e manivelas. Apesar do acesso à água não estar de forma alguma condicionado a qualquer tipo de pagamentos (compra) nem imposto de consumo, os agregados de alta renda consomem mais de 41 litros de água por dia, o que equivale a um consumo de 7 litros por dia por pessoa. Este nível de consumo é superior ao dos agregados de baixa renda, que têm um consumo diário estimado em 26 litros, o que equivale a um consumo de 4 litros por pessoa. Tal como foi referido anteriormente, o acesso a fontes seguras de água tem estado a melhorar e o facto de não haver um custo directo sob o seu consumo sugere que as diferenças no nível de acesso são reflexo directo duma maior concentração de pontos de água na sede do município – zona onde a maior parte dos agregados de alta renda reside.



5. Agricultura

5.1. Agricultura Como Base de Sustentento

Tal como nos outros municípios da província, a agricultura é a base da economia do Katchiungo. Estima-se que mais de 80% da população tem a actividade agrícola como principal fonte de rendimento. A população que está empregada no sector público ou que se dedica ao comércio informal, mas que também tem lavras, complementam as suas receitas com a produção agrícola. A agricultura que se pratica no município é predominantemente familiar e o nível de produção dos agregados é muito influenciado pelo ciclo da principal cultura (o milho); pelos níveis de precipitação durante a primeira época de cultivo nas terras altas e pela disponibilidade de terras baixas (*nakas*). A Figura 5.1 apresenta o calendário agrícola e a sua relação com os outros componentes dos meios de vida da população.

Ciclo das Culturas

Como em toda a província do Huambo, o sistema de produção no município de Katchiungo é predominantemente baseado na produção do milho. Estima-se que cerca de 60 – 70% da produção total provém apenas do milho. O cultivo é caracterizado por dois ciclos principais de sementeira: a sementeira principal nas terras altas e a das zonas baixas, *nakas*.

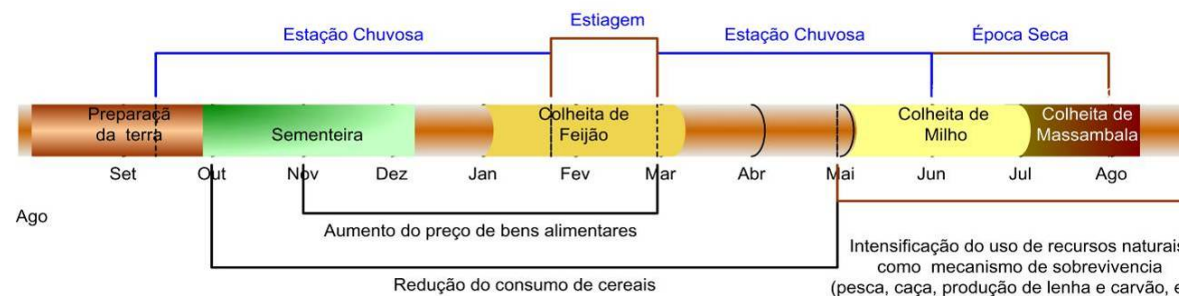
Sementeira nas Terras Altas (Lavras)

A sementeira efectua-se nas terras altas durante o período das chuvas. As principais culturas nesta época são o milho e o feijão. A batata-doce e a massambala são normalmente consideradas “culturas de fome” e consumidas em larga escala nos períodos críticos – períodos de escassez alimentar.

O cultivo nas terras do alto constitui a época de produção predominante. Vastas áreas de terra são cultivadas mas dependem inteiramente das chuvas. Os pequenos camponeses cultivam em média 0.5 a 0.7 hectares. A sementeira do milho e do feijão ocorre em Outubro, mas, por vezes é atrasada até que haja uma quantidade substancial de humidade no solo – a sementeira poderá continuar até à segunda semana de Novembro. Plantar mais tarde do que esta data diminui as hipóteses de se obter uma colheita bem sucedida, pois as chuvas podem terminar antes do fim do ciclo de desenvolvimento das plantas. A colheita é feita nos meses de Junho e Julho; o trabalho nas *nakas* começa em Junho e vai até Agosto e a colheita é feita normalmente entre Janeiro e Fevereiro – ver Figura 5.1.

Devido ao preço alto dos fertilizantes, os camponeses remedeiam-se com a aplicação directa de

Fig. 5.1 Calendário agrícola e meios de vida



cinza e capim bio-degradado (particularmente nas hortas). “Há pouca possibilidade de se aplicar quantidades adequadas de fertilizantes porque não se consegue recuperar os investimentos com a venda de produtos. Por exemplo, 1 Kg de adubo é vendido a Kz 120. Vendendo o quilo de milho a Kz 20 são precisos 6 kg de milho para recuperar um quilo de adubo”.

A batata-doce e a mandioca, culturas tradicionais de segurança alimentar, são plantadas nas lavras nos meses de Novembro/Dezembro e Abril/Maio. As mesmas são consumidas entre os meses de Novembro e Janeiro, quando as reservas de cereais do agregado familiar são baixas. Durante o período de cultivo as fontes de receitas mais comuns são as empreitadas agrícolas e a venda de lenha e carvão nas aldeias próximas dos mercados.

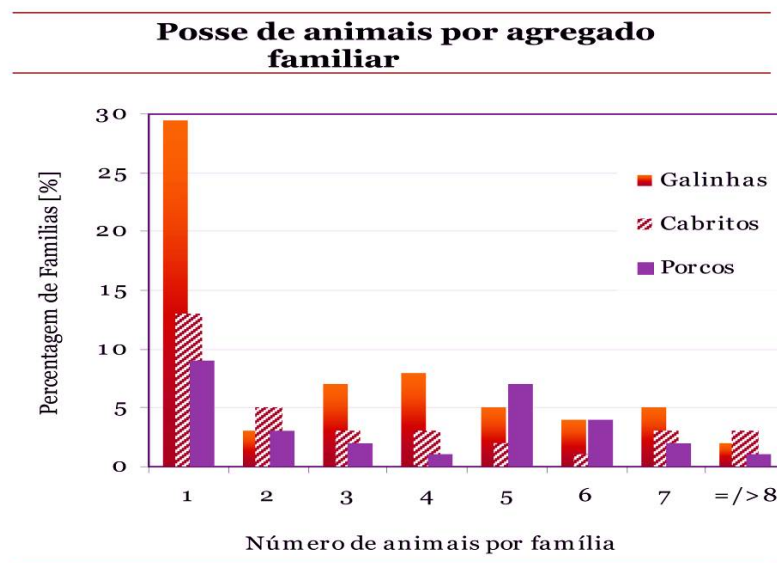
Sementeira nas Zonas de Baixa (Nakas)

O cultivo é feito nos solos aluviais e nas margens dos rios, normalmente irrigados durante o período inicial de cultivo. As principais culturas são o milho, o feijão e uma variedade de vegetais. Os vegetais das *nakas* oferecem uma pequena, mas importante dieta complementar e podem constituir uma importante fonte de rendimento nos meses de Outubro e Novembro – meses críticos em termos de segurança alimentar. O milho e o feijão são semeados nas *nakas* em Agosto/Julho e tiram vantagem dos resíduos de terras húmidas da principal época chuvosa. As colheitas são feitas entre Outubro e Dezembro, os meses que antecedem a principal colheita das terras altas. Porém, a colheita da *naka* é pequena, contribuindo somente em cerca de 10% para o consumo total de alimentos por agregado familiar. A análise do preço dos produtos agrícolas vendidos no mercado municipal indica que a colheita da *naka* tem pouco efeito no preço nominal do milho e do feijão durante este período.

Criação de Animais

O uso e posse de animais ficou drasticamente reduzido durante o período de guerra. Os camponeses lamentam que “Katchiungo tinha a cultura da tracção animal e hoje há necessidade de associar famílias para usar uma junta”. A Figura 5.2 mostra o nível actual de posse de animais. O gado bovino não foi incluído por haver quantidades bastante reduzidas. Neste momento, apenas 7% dos agregados familiares tem bois e destes só 2% tem uma junta completa. As galinhas e os patos são os animais que todos os agregados têm no mínimo uma unidade, seguindo-se de porcos e de cabritos. Apenas 5% dos agregados familiares têm estes três tipos de animais em quantidade suficiente que permita a venda em épocas de baixo *stock* de cereais.

Fig. 5.2



Como mostra a Figura 5.2, menos de 3% dos agregados tem acima de sete unidades enquanto que o cálculo do índice de posse mostra apenas que 12% dos agregados possui os três tipos de animais. Estes conseguem mais facilmente gerar receitas com as vendas dos animais, assim como proporcionar uma dieta mais equilibrada.

Segundo a Direcção Municipal da Agricultura, tem-se feito um esforço enorme para evitar a perda de animais por doenças. As campanhas de vacinação são feitas anualmente, isto é, para o gado bovino e caprino. Em termos de vacinas são dadas da seguinte maneira: para o gado bovino a peri-pneumonia contagiosa, carbúnculo interno, dermatose nodular e anti-rábica; para o gado caprino a dermatose nodular e carbúnculo interno e externo e para os canídeos apenas a anti-rábica.

5.2. Constrangimentos ao Desenvolvimento da Actividade agrícola

Fraca disponibilidade de Insumos

Para os camponeses, os principais constrangimentos para o desenvolvimento da actividade agrícola são: a falta de fertilizantes, a falta de sementes e a inexistência de tracção animal. Questionados sobre a necessidade de se melhorar as vias de acesso, sendo este um vector para o desenvolvimento da agricultura, os camponeses de Tchipaka afirmam: *... as vias são importantes sim mas há um nível mínimo de produção que sem o qual não pode haver comercialização ... nem que a estrada estiver boa o comerciante não vai levar nada. Devido ao empobrecimento dos solos o que se colhe é pouco – tira-se uma pequena parte para a semente para a próxima cultura e o resto é para o consumo que quase não chega para nada. As primeiras sementes utilizadas na aldeia depois da guerra foram adquiridas em 1998 e foram dadas pelo PAM e dali em diante têm tirado mesmo das culturas. Actualmente nenhuma ONG tem apoiado na agricultura nem mesmo as instituições do estado. Os únicos instrumentos utilizados para o cultivo são as enxadas – ninguém tem charruas porque não há gado de tracção...*

Fraca capacidade institucional

Em termos de capacidade da Estação do Desenvolvimento Agrário (EDA) no município de Katchiungo, existe unicamente um técnico médio agrário que é o responsável pelo sector. Dados da Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Huambo, retirados do seu relatório de actividades do mês de Março de 2005, reportam uma capacidade de cobertura dos técnicos bastante limitada (por exemplo: um técnico agrário para 22.400 famílias camponesas).

5.3. Recursos Florestais

O município de Katchiungo é um dos municípios onde existem grandes extensões de perímetros florestais de natureza distinta, mas onde se destacam os eucaliptos e pinhos. São propriedade da antiga Companhia de Celulose do Ultramar Português (no caso do Sanguengue) com 22.000 hectares, no sector do alto Chiumbo e do CFB, as áreas que ficam ao longo do caminho-de-ferro.

Nos últimos dois anos tem-se verificado um derrube anárquico das árvores, por parte da população para preparação de madeira para comercializar. O IDF têm estado a controlar esta prática, mas devido às grandes extensões de áreas com árvores plantadas que existem, não têm conseguido controlar devidamente, isto porque muitos dos abatedores de árvores fazem este trabalho durante a noite. Contudo, o derrube de arvores não e feito apenas com fins comerciais

uma vez que maioria da população depende de fontes naturais de energia (como lenha e carvão) para cozinhar e por vezes iluminação. Esta situação é revelada na Caixa 5.1.

No ano 2003 foi feita uma campanha de reflorestação no município do Katchiungo, onde se fez o plantio de 2.000 árvores, cerca de 7 hectares de eucaliptos e cazuarinas na comuna do Chiumbo. Segundo informação do IDF, existe um projecto em carteira para a reflorestação do território com as mesmas espécies, para os próximos 2 anos (2006-2007).

O município de Katchiungo possui um certo potencial no que toca à produção de frutos silvestres, nomeadamente olohengo, katetembula, maboque, olôcha e akulakula. Estes frutos silvestres fazem parte da alimentação dos habitantes do Katchiungo e também de toda a região centro. Uma parte destes é comercializada na sede da província e, também, aos passageiros de Luanda, Bié e Kuando Kubango que circulam na estrada que liga o Huambo a Cela- Quibala, Dondo e Luanda (e que a Sul e Leste une a Sede do Huambo a Menongue e Kuito).

Dependência de fontes naturais de energia

O município de Katchiungo era possuidor de uma grande reserva florestal, mas tem vindo a desaparecer devido às iniciativas locais de exploração da madeira para fins comerciais e também devido à dependência excessiva de lenha e carvão como fontes de energia. Segundo a Estratégia de Combate à Pobreza (2001) 83% por cento da população de Angola depende de fontes naturais de energia como lenha e carvão. Infelizmente, o município do Katchiungo não se desvia de forma alguma desta média. Em 2005, cerca de 84% dos agregados cortavam lenha para cozinhar e 13% utilizavam lenha e carvão alternadamente. Entrevistas feitas ao nível dos agregados familiares em Março de 2006 apontam para uma ligeira redução no consumo de lenha (81%), mas a compra de carvão tende a aumentar. O nível de dependência da lenha e do carvão poderá ser reduzido caso a produção agrícola aumente e os agregados familiares deixem de ter esta actividade como uma fonte alternativa, e por vezes principal, de rendimento.

Apesar da venda de lenha e de carvão serem fontes de rendimento importantes para as famílias de baixa renda, 52% das famílias de alta renda também colhem lenha para cozinhar e apenas 21% compra lenha ou carvão uma vez por semana.

Estes dados sustentam as afirmações anteriores, de que a maior parte da lenha e do carvão são comercializados no município do Huambo.

Fotos: Florestas e transporte da lenha



6. Caracterização Socio-económica dos agregados familiares

Nesta secção faz-se uma análise mais pormenorizada de alguns indicadores sociais. Os dados apresentados são produto de uma recolha extensiva de dados quantitativos e qualitativos a nível dos agregados familiares nas das três comunas do município. Foram entrevistados 300 identificados de forma aleatória. Deve-se observar que estas entrevistas não foram feitas com objectivo de criar estatísticas de planificação para o município, mas sim para contextualizar e dar substancia a caracterização dos sectores sociais e económicos acima apresentados. A análise dos dados nesta secção assenta-se no fundamento teórico da análise de que a situação socio-económica dos agregados familiares esta intrinsecamente associada ao acesso aos serviços sociais básicos tais como educação e saúde, e ao acesso aos recursos naturais.

Este exercício, conduzido em 2006 pelos mobilizadores sociais da DW, permitiu identificar os agregados familiares de alta e baixa renda usando o nível médio de despesas dos agregados familiares e outras determinantes da qualidade de vida, tais como: a habitação, o acesso à água, acesso aos serviços de saúde e posse de bens. Os agregados foram agrupados em função do nível médio de despesa estimado na entrevista com o chefe de família e a capacidade do agregado em satisfazer as necessidades básicas durante o mês. Para os agregados familiares que dependem inteiramente da produção agrícola, usou-se um factor de equivalência de despesas estimado a partir do nível de produção do agregado o custo médio da alimentação e dos serviços. Neste contexto, os agregados com o nível de despesas mais alto (ie. os primeiros 20%) foram considerados como “agregados de alta renda” e os últimos 20% como agregados de baixa renda. O rácio da desigualdade, (que é essencialmente a diferença entre o nível de receitas-consumo mais alto e mais baixo) e os outros indicadores de bem-estar são apresentados na Tabela 6.2.

6.1. Percepção local de bem-estar

Condições de Habitação

O tipo de habitação é tido como um dos pressupostos de bem-estar social e económico. Para as comunidades de Katchiungo, a pobreza está associada não só ao simples facto de não se ter uma casa, mas sim pelas suas condições ou tipo de construção. *“Hoje, uma casa de capim não dignifica de forma alguma um habitante de Katchiungo que outrora tinha gado, motorizada e também andava de comboio”*. Depois de quase três décadas de conflito que esteve na base da deslocação, é quase impossível não comparar as condições de habitação actuais (conforme consta na Figura 6.1) às condições do período pré-conflito, onde quase não se viam casas de capim.

Contudo, é importante sublinhar dois importantes factores que subjazem deste constrangimento. O primeiro tem a ver com o facto de uma parte considerável das comunidades ser recém regressada e, o segundo (que surge como consequência do primeiro) deve-se ao facto das famílias estarem engajadas (no presente momento) na sua segunda época agrícola, ou seja, ainda não produziram excedentes suficientes que permitam a aquisição de materiais de construção duradouros tais como chapas de zinco, cerâmica, etc. Este é o caso particular da comuna da Chinhama que está a dar os seus primeiros passos em termos de reabilitação, pois grande parte da população esteve deslocada nos municípios de Chinguar, Chitembo, Katchiungo, Kachingui e outros na cidade do Huambo. Pese embora o processo de regresso às áreas de origem ter começado há quase três anos continua-se a registar a chegada de famílias em quase todas as aldeias.

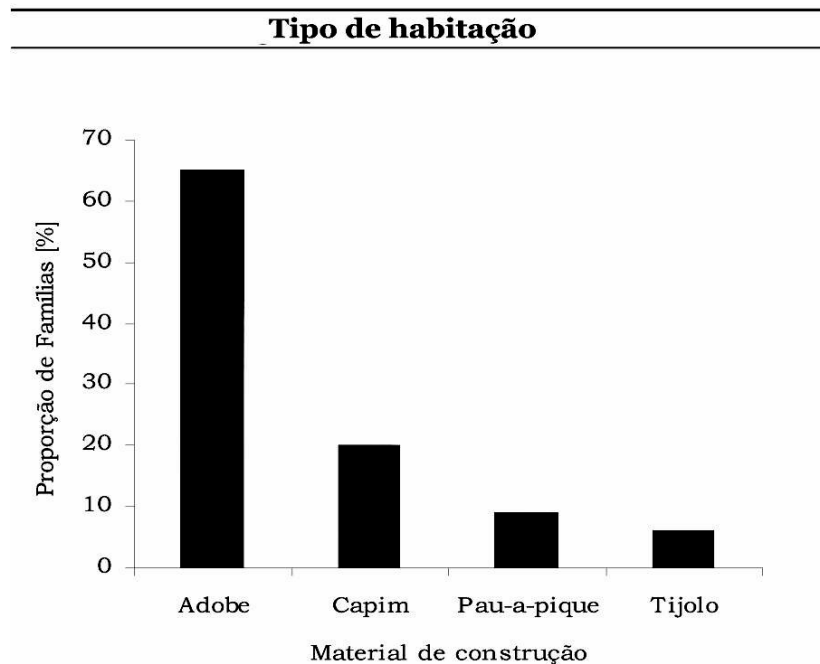
Em virtude da fraca capacidade financeira, os recém chegados são obrigados a construir residências provisórias em pau-a-pique, cobertura com capim e reforço das paredes com argila. De momento as actividades agrícolas encontram-se ligeiramente paralisadas porque grande parte da população desta comuna está ocupada com a preparação de adobes para a construção das suas residências.

Existem reassentados de 2002, noutras comunas, que continuam a viver em casas de capim. Para este grupo, o problema de habitação está muitas vezes ligado a outros problemas relacionados com a falta de rendimento. É por isso necessário resolver primeiro os problemas relacionados com o emprego, a produção agrícola e a comercialização, para que desta forma seja mais fácil suportar os elevados custos dos materiais de construção.

Foto: habitação típica



Fig. 6.1



Nível de receitas e de despesas dos agregados familiares

A análise referentes ao nível de renda e repartição das despesas dos agregados familiares estão apresentados na Tabela 6.2. Como foi referido na introdução desta secção, as famílias foram agrupados em função do nível de rendimento do agregado familiar como baixo, médio e alto. Os rendimentos referem-se ao mês de Março de 2006 altura em que foram recolhidos os dados. Para estes três níveis, a Tabela 6.1 apresenta a média de despesas em Kwanzas por mês; a repartição desta renda para despesas de alimentação e saúde e, ainda, a principal fonte de receitas dos agregados. Para além dos valores em Kwanzas, na segunda coluna da tabela, também se encontram descritos os valores numéricos referentes à proporção (%) de despesas ou de agregados. Por exemplo, os agregados de renda baixa gastam 48% do total das suas receitas em alimentação e 11% em saúde; ao passo que os agregados de média renda gastam 54% e 26% respectivamente. O restante é repartido em despesas de transporte, vestuário, combustível e educação. Quanto aos salários, 53% dos agregados de alta renda têm o salário como a principal fonte de receitas ao passo que 84% dos agregados de baixa renda dependem dos rendimentos da produção agrícola. O comércio informal é uma fonte importante de rendimento para os agregados de média renda mas não tanto para os de baixa.

Tabela 6.2 Níveis de renda e repartição de despesas dos agregados familiares

Nível de Renda do agregado	Média de Despesas [Kz/mês]	Repartição das receitas pelas principais despesas		Principal fonte de receitas dos agregados		
		Alimentação [%]	Saúde [%]	Salário [%]	Trabalho agrícola [%]	Comércio Informal [%]
Baixa Renda	2,200	48	11	--	84	16
Média Renda	9,400	54	26	11	54	35
Alta Renda	20,000	62	19	53	26	21
Média dos agregados	13,000	53	25	18.5	56	22
Rácio desigualdade	9	1.2	1.7	--	--	--

A Tabela 6.2 apresenta a relação descritiva entre os níveis de renda e alguns indicadores sociais como a literacia e o nível de educação do chefe do agregado familiar; nível de acesso aos serviços de saúde; tipo de habitação; fontes de energia para cozinhar e iluminação e a situação laboral actual. À semelhança da Tabela 6.2, os valores numéricos na Tabela 6.3 referem-se à proporção de agregados. Por exemplo, 68% dos chefes de família de baixa renda não sabem ler e escrever (o que é inferior aos agregados de renda média e alta que é de 70% e 74% respectivamente).

A última parte desta secção foi reservada à comparação das condições sociais dos agregados de renda alta e baixa, usando simultaneamente os dados das duas tabelas. Importa realçar que não se pretende fazer uma análise clássica dos níveis de pobreza dos dois grupos, mas sim avaliar as disparidades em termos de oportunidades de acesso aos serviços e bens de produção.

Tabela 6.3 Indicadores sociais por categoria de agregado familiar

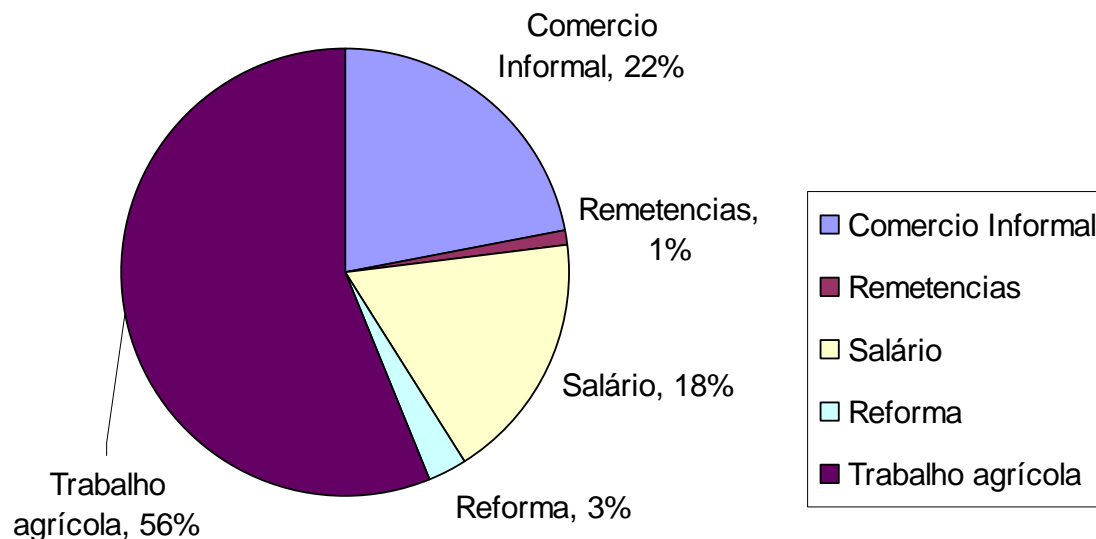
Indicadores Sociais	Nível de Renda do Agregado Familiar		
	Baixa Renda [%]	Média Renda [%]	Alta Renda [%]
Nível de Educação			
Literacia do chefe de família	68	70	74
Nível de escolaridade			
I Nível	42	55	52.6
II Nível	5.2	35	21
III Nível	5.5	--	5.2
Ensino Médio	4	4.5	5
Acesso à Saúde			
Unidade sanitária que consulta			
Posto de saúde	15	16	20
Hospital municipal	78	60	63
Hospital provincial	2	2	12
Enfermeiro	5	20	6
Tipo de Habitação			
Capim	5	30	5
Adobe	84	55	89
Tijolo	--	5	6
Fonte de energia			
Cozinhar			
Lenha cortada	94	90	52
Lenha comprada	--		26
Carvão	5	9	21
Iluminação			
Petróleo	84	65	25
Vela	15	30	63
Energia solar	--	--	9
Electricidade	--	5	--
Emprego/condição laboral			
Emprego formal	--	10	35
Trabalho por conta própria	97	70	57
Desempregado	1	3	4
Media de consumo de água por agregado familiar (litros/dia)	25	35	43

Fonte e Nível de Receitas e Despesas

Os agregados familiares do município do Katchiungo têm níveis de despesas bastante diferenciados. Pôde-se constatar durante as entrevistas que as diferenças nas receitas não são tão influenciadas pela localização geográfica dos agregados familiares, mas sim pelo estatuto/condição laboral dos membros do agregado que mais contribuem para a renda. Portanto, o facto de 70% dos agregados familiares de alta renda viverem na sede do município de Katchiungo é o reflexo duma forte presença do sector público na sede e de maiores oportunidades de praticar o comércio informal. A Figura 6.4 aparenta as 5 fontes de receitas mais referenciadas pela população de Katchiungo. Tal como aparece na Tabela 6.4, a actividade agrícola, o sector informal, e salários (sector formal) são as principais fontes de receitas por ordem de importância. Contudo, ressalta o facto de que as remetencias ou transferências de dinheiro da cidade para o campo (ou áreas urbanas para rurais) constituir apenas 1% das fontes de rendimento no município e a reforma ser apenas de 3%.

Verificou-se que o principal empregador dos chefes de família de alta renda é o sector público. Os agregados com maior nível de despesas (Kz 20.000) têm o seu chefe de família empregado no sector formal, particularmente na educação ou na saúde. Mais de dois terços dos agregados familiares com nível de despesas na ordem dos Kz 20.000 têm o salário como a principal fonte de receitas. Apesar do sector formal (publico) constituir a principal fonte de receitas destes agregados, todos eles têm também uma fonte de rendimento informal ou complementam as suas receitas com actividades agrícola. Para além das receitas provenientes do salário do chefe de família no sector formal, cada agregado familiar de alta renda tem no mínimo duas pessoas que se dedicam ao trabalho agrícola. Para o caso particular dos enfermeiros, foi referido anteriormente que estes permitem que os pacientes com poucos recursos paguem as suas consultas e medicamentos através de empreitadas agrícolas nas suas lavras. Portanto, o facto deles estarem empregados no sector formal não implica que esta seja a única fonte de receitas do agregado. Em termos reais, o pagamento por empreitada representa uma fonte indirecta de receitas e poupanças que trazem um aumento na mão-de-obra e conseqüentemente maior ou melhor produção agrícola. Para os camponeses de baixa renda (pacientes), esta actividade não é contabilizada como despesa corrente o que elevaria a sua proporção de despesas no sector da saúde.

Fig. 6.4 Principal fonte de receitas (media agregada (pie chart))



Na análise descritiva e comparativa de receitas e despesas não importa tanto o valor médio monetário para cada um dos grupos, mas as diferenças ao nível de despesas. A última linha da Tabela 6.2 apresenta um rácio de desigualdade de 9, o que quer dizer que os agregados de alta renda gastam nove vezes mais que os de baixa renda para o mesmo conjunto de utilidades. A Figura 6.5 apresenta a média agregada de repartição de despesas no município. Nota-se que a média de despesas para a alimentação é de 53%, mas os agregados de alta renda estão acima desta percentagem. Isto explica-se pelo facto destes agregados terem um salário como principal fonte de renda (e não a actividade agrícola) e, por consequência, têm maior necessidade de comprar alimentação, comparativamente aos agregados de baixa renda que dependem mais do trabalho agrícola e gastam relativamente menos com alimentação. Apesar das famílias de baixa renda produzirem a sua própria alimentação, 48% delas não produz o suficiente para satisfazer as suas necessidades alimentares e, por isso, têm de comprar alimentação durante cinco meses ao ano.

No Katchiungo ter renda alta permite uma melhor planificação das despesas, mas não é necessariamente sinónimo de bem-estar particularmente quando esta renda provém dos salários. Mais que 17% dos agregados familiares desta categoria recorrem a empréstimos de dinheiro para cobrir despesas básicas como a alimentação. Os empréstimos são feitos maioritariamente a amigos vizinhos e são devolvidos num prazo de 30 a 60 dias. Este período corresponde ao atraso, considerado "normal", no pagamento dos salários. Os empréstimos também têm socorrido os agregados de baixa renda, que pedem em média Kz 1.000 mas levam menos tempo a devolver.

A saúde constitui a segunda maior fonte de despesas para os agregados independentemente do nível de renda. Contudo, o acesso aos serviços de saúde do município não está directamente associado à capacidade financeira dos agregados, mas sim à disponibilidade dos serviços mais próximos das áreas de residência. O factor renda só pesa quando há necessidade de viajar para o município do Huambo em busca de um serviço melhor. Apenas 2% dos agregados de baixa renda afirmaram ter capacidade para viajar para o Huambo comparando com 12% dos de alta renda. A capacidade de pagar o transporte e as despesas de estadia no Huambo estão na base dessas diferenças. Um aspecto interessante na análise do acesso aos serviços de saúde é a diferença no nível de auto medicação no seio das pessoas que não procuram assistência médica. Os agregados de alta renda apresentam um nível de incidência de auto medicação inferior a 4% que é nove vezes superior à dos agregados de baixa renda. A única explicação lógica para estas diferenças encontra-se no baixo nível de instrução dos agregados familiares de baixa renda (ver Tabela 6.3), aliado talvez à fraca disponibilidade financeira.

Fig. 6.5



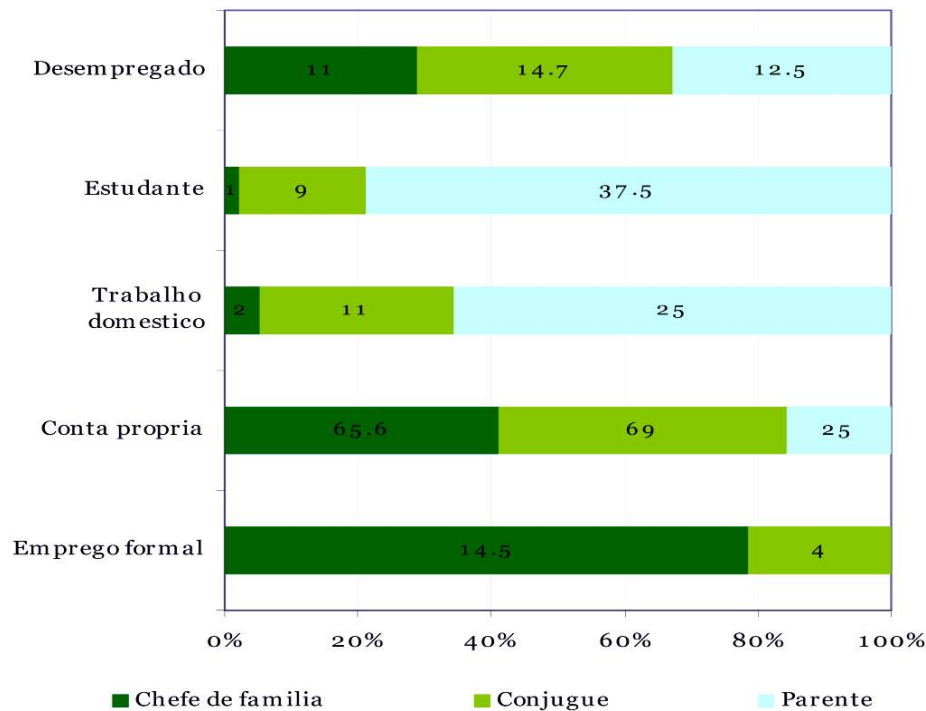
Situação Laboral

O nível alto de renda dos agregados está não só associado ao tipo de emprego mas também à educação. O nível de escolaridade mais baixo no seio dos agregados de alta renda é a terceira classe e 83% dos chefes de família lê e escreve fluentemente Português e Umbundo. Mais de 47% deles tem formação profissional nas áreas de construção, educação e costura. As despesas mais altas (Kz 18.000 a 22.000) encontram-se no seio dos agregados familiares cujo chefe é funcionário do sector da educação, seguindo-se dos agregados que trabalham por conta própria (Kz 16.000 a 20.000) no sector da agricultura. É de realçar que, nos dados da educação e emprego, quase todos os chefes de família de baixa renda trabalham por conta própria e têm um grau de educação mais baixo.

A Figura 6.6 apresenta dados sobre a presente situação laboral dos membros do agregado familiar que mais contribuem para a renda do próprio agregado. A partir desta figura é possível verificar que, mesmo em comunidades maioritariamente rurais como as de Katchiungo, o rendimento dos agregados familiares não se limita apenas às receitas do chefe de família. Os conjugues (na sua maioria mulheres) e os parentes em idade activa também contribuem para estas receitas. Em termos de agregado, os chefes de família têm uma situação laboral mais estável (sobretudo os agregados cujas receitas provêm maioritariamente do sector formal). As mulheres trabalham mais por conta própria (69%) e apenas 4% está no sector formal. Estima-se que 63% dos rendimentos dos agregados de baixa renda advêm das receitas de duas pessoas (chefe e conjugue).

Em contrapartida, apenas 21% dos agregados de alta renda têm duas pessoas como principais contribuintes. Conclui-se, assim, que existe uma enorme disparidade entre agregados familiares no que respeita à sua capacidade de gerar receitas. A segunda ilação possível é a de que um chefe de família empregado no sector formal como educação e saúde é bem capaz de arrecadar, em termos nominais, o equivalente às receitas de duas pessoas do sector informal.

Fig: 6.6 Divisão Laboral dos Membros do Agregado Familiar (bar chart)



7. Acesso, Posse e Uso de Terra

A terra é inquestionavelmente o bem de maior valor que as comunidades possuem. A maior parte da população do Katchiungo herdou a terra para o cultivo e para construir dos avós, pais, tios, etc, como mostra a Figura 7.1. Os imigrantes das aldeias conseguem os terrenos por empréstimo, através dos mais velhos da respectiva aldeia (Sobas, Oloseculu, Catequistas) onde podem trabalhar pelo menos durante cerca de três anos no máximo. Passado este período, o ocupante é obrigado a comprar uma parcela para cultivar.

Têm-se registado algumas conflitos de terras entre comunidades ou com indivíduos singulares que pretendem ocupar terrenos alheios. Os conflitos que existem são, na sua maioria, entre membros da mesma família ou entre vizinhos e dão-se durante a demarcação dos limites das terras. Reportou-se com alguma frequência a transgressão de limites de terras o que resultou em conflitos que são resolvidos pelos sobas e por mais velhos que detenham o conhecimento histórico da posse de terras.

7.1 Acesso de Terra no Município de Katchiungo

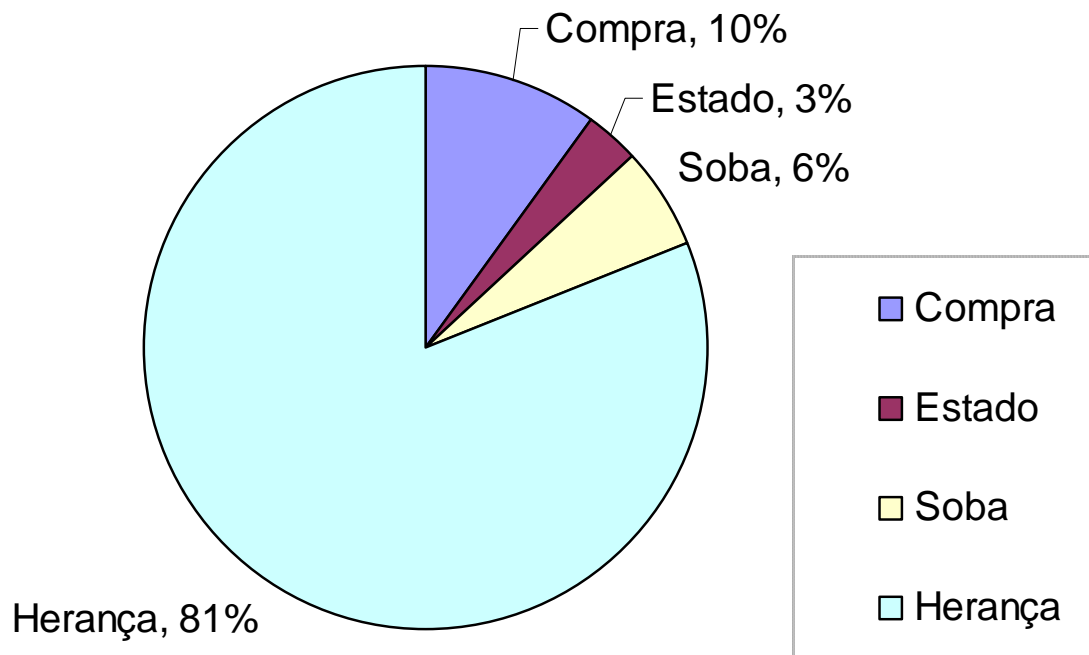
Apenas 11% dos agregados familiares alegam ter declaração de posse de terra passada pela Direcção Provincial da Agricultura. Cerca de dois terços desta população não tem um único documento. O simples facto da terra ser adquirida por herança transmite uma forte percepção de segurança. Apesar das pessoas terem conhecimento dos conflitos de terra noutros municípios da província, 58% diz não ser necessário garantir o direito à terra por intermédio dum registo porque “nós nascemos aqui e esta terra já pertencia aos nossos avós”. Trinta e dois por cento das famílias já estiveram envolvidas em litígios de delimitação e os regressados que tiveram dificuldades em reaver as suas terras afirmam que o registo individual ou comunitário das terras poderá oferecer um quadro legal para a resolução de conflitos. Contudo, a falta de conhecimento da Lei e outros instrumentos legais faz com que os conflitos sejam resolvidos à luz do direito costumeiro.

A posse, acesso e oportunidade de uso de bens, tais como gado, instrumentos de trabalho e bens domésticos, foram identificados como uma determinante importante na percepção do bem-estar. Estes bens oferecem um suporte/protecção contra a vulnerabilidade do agregado familiar. Os bens protegem as comunidades contra a vulnerabilidade - tanto económica como social - pelo simples facto de servirem não só de *input* de produção, mas também criam uma base mais sólida para diversificação das fontes de rendimentos.

Observou-se em todas as comunidades que o maior constrangimento, que aumenta a vulnerabilidade e a insegurança alimentar, das comunidades (especialmente as recém instaladas), é a falta de instrumentos de trabalho e a fraca aplicação de insumos. As famílias que vivem em comunidades mais estáveis são capazes de utilizar a sua terra para a constituição de pequenas cooperativas e associações de camponeses. Também a arrendam ou a emprestam, logo, a terra constitui uma fonte importante de rendimento. A análise dos dados obtidos, tanto em entrevistas em grupos focais como em informadores-chave nas comunidades, indica que os programas de desenvolvimento municipal que incrementem actividades geradoras de renda e que permitam a reposição dos *stocks* de bens produtivos das comunidades poderão produzir efeitos multiplicadores bastante positivos noutros sectores da economia rural e urbana.

Formas de acesso à terra no Município de Katchiungo

Fig: 7.1



Estudo de Caso:

José Chipaca, camponês reinstalado na Ombala Chivinda explica que “para alguém ter acesso a terra é uma questão de ter com o soba ou o regedor da ombala e lhe é cedido primeiro um lugar para construir a residência. No caso de terreno para cultivar, geralmente as pessoas dentro da comunidade têm terreno que não consegue cultivar todo, vendem uma parte ou emprestam para uma ou duas épocas. Tem sido difícil aquisição de terra para cultivar porque as que existem são de herança e temos que nos submeter as condições impostas pelos herdeiros. Tem havido conflitos de terra principalmente para aqueles que violam os limites de divisão e chegam afectar os terrenos dos outros. Estes problemas são resolvidos na ombala com ajuda das autoridades tradicionais”.

Na Ombala Cachilengue, Antonio Kalunga realça serem comuns os problemas de terra, *“...principalmente quando alguém que não acompanhou a linhagem ou divisão do terreno do seu pai ou avô já falecido, quiser recuperar, surge sempre conflitos com o terreno vizinho. Há tendência natural de se subtrair do terreno vizinho.”*

7.2 Genro e Mudanças nas Sistemas Tradicional da Posse da Terra¹

Há em Angola várias diferentes sistemas “tradicionais” de uso da terra, embora não tenha havido pesquisa recente sistemática sobre o assunto. Há variações, dependendo de factores como densidade e distribuição populacional, fertilidade do solo, actividade e interesses comerciais, que devem ter-se modificado nos últimos anos. Embora se assuma muitas vezes que a “propriedade tradicional da terra” se equipara aos sistemas comunitários de posse, este caso apenas acontece em Angola nas regiões de baixa densidade populacional e comunidades relativamente isoladas, enquanto em outras parece ter havido mudança para um sistema mais individual, com mantendo-se alguns princípios básicos, como direito ao regresso” à terra que restou.

Num sistema de propriedade comunitária, nenhuma parcela de terra pertence “especificamente” a uma dada família ou indivíduo. A terra “pertence colectivamente à comunidade e qualquer membro dessa comunidade tem o direito de cultivar uma ou mais parcelas de terra, movendo-se simplesmente para outra parcela, por forma a permitir a pousio por períodos longos, durante os quais o solo pode voltar a ganhar fertilidade. O membro da comunidade não perde este direito, mesmo que abandone a terra temporariamente ou permaneça um certo período de tempo fora da comunidade. Este direito não é facilmente transferível a “novos membros” contudo, a menos que sejam crianças adoptadas².

Mulheres tem uma posição menos segura e em muitos áreas tradicionalmente não tem direito de posse ou herança de terra.³ Como tal, uma mulher não tem direito automático a terra através do casamento, especialmente se não tiver filhos.

Em regiões como o Huambo, em que a densidade populacional é elevada, a situação evoluiu para outra, em que o “direito à terra” diz respeito mais a uma parcela específica que é associada a uma família nuclear individual. Isto inclui áreas de pousio da terra, que também estão associadas a camponeses em particular. A propriedade comunitária, onde ainda existe, refere-se à terra usada para a recolha de alimentos silvestres, capim (para construção de casas) e caça. Isto pode ser feito em *fazendas* abandonadas, ou outra terra abandonada (se uma família se deslocou, abandonando a sua terra, por exemplo) ou em áreas que nunca foram cultivadas.

Os títulos legais, formais, de terra raramente existem. Os direitos à terra são “garantidos” por testemunhas, que incluem o soba que, em caso de conflito, atesta o direito de um indivíduo ou família a cultivar uma dada parcela de terra. As disputas podem ocorrer entre irmãos que esperam herdar a terra, ou no caso particular de mulheres viúvas a quem é negado o direito de herança, pois esta reverte para a família do falecido. O soba pode intervir e tentar convencer a família a deixar a mulher ficar – na verdade, em algumas áreas da província do Huambo, os líderes tradicionais fazem esforços concertados para fazer valer esta prática – mas existem muitos casos em que as mulheres foram forçadas a deixar a casa e regressam, geralmente, à sua própria família.

A criação de um vínculo definido entre a família e uma parcela particular de terra criou também a possibilidade de outras formas de “transacção” associadas à terra – compra, venda, aluguer – coisas que não eram possíveis tradicionalmente, mas que começaram a emergir durante o período colonial. Há agora um mercado de terras – embora limitado –, e a despeito do que se crê, parece que foi possível começar a comprar terra desde a década de 80 ou talvez até antes (um pequeno número de inquiridos mencionou mesmo ter comprado a terra antes de se ter juntado à guerra).

¹ Development Workshop (2004), Terra & Reintegração de ex-Combatentes no Huambo.

² Fernando Pacheco, *Terra e Agricultura em Angola*, FAO/USAID/OFDA, Janeiro de 2002, p.7

³ In some groups inheritance is matrilineal, among the Yaka of southwestern Angola, for example.

Os movimentos de população em larga escala quebraram também, de alguma forma, os laços entre pessoas e terra. Foram atribuídas parcelas de terra aos deslocados nalgumas áreas e estes considerados como “membros adoptivos da comunidade”⁴, enquanto que para outros, antes da chegada da assistência humanitária e dos campos de deslocados, eram criados assentamentos completamente novos pelo governo para pessoas deslocadas pelo conflito ou fugindo das áreas da UNITA – que chegavam a um novo lugar sem ter direito tradicional à terra. Os combatentes deixaram, muitas vezes, as suas famílias e a sua terra por mais de 30 anos e ao regressar tiveram de passar pelos processos e padrões normais de herança e como muitos morreram, entretanto, as comunidades e famílias não tinham garantia de que as pessoas regressassem e começaram, de forma compreensível, a cultivar a sua terra.

Como resultado, o “direito à terra” já não é tão claro como foi no passado, mas pode ser contestado, com diferentes “sistemas” sobrepondo-se e interagindo, de facto, uns com os outros. Sistemas de gestão e cadastrar das terras são desorganizados. A atribuição dos novos títulos esta feito na base do cadastro de 1975 com a tendência de replicar a estrutura colonial em favor dos fazendeiros comerciais.⁵

7.3 Mulheres e o Direito de Terra⁶

As mulheres têm fracos direitos a herdar no sistema tradicional de aquisição de terras no Huambo. 5 de 18 mulheres entrevistadas⁷ disseram não ter terra, comparadas com 5 de 362 homens. Mesmo que tenham acesso a terra, enfrentam obstáculos adicionais no cultivo, devido ao mão de obra físico requerido para limpar a terra, para uma mulher só, ou um agregado chefiado por mulheres é cargo pesado.

Embora algumas mulheres dos antigos combatentes fizessem parte de uma família, muitas vezes têm pouca escolha no casamento e não lhes foi perguntado se preferiam partir com os seus maridos no fim da guerra, ou regressar às suas áreas de origem. Uma mulher pode ser adicionalmente vulnerável se acompanha o marido para uma comunidade que não seja a sua e depois ele morre, pois não lhe é permitido herdar a terra após a sua morte. Os programas pós-guerra de reintegração económica são dirigidos aos homens e não às suas esposas, embora as mulheres sejam responsáveis pelo sustento das famílias, como os homens. Para além disso, algumas tarefas são divididas com base no género, por exemplo tarefas agrícolas, cultivo de culturas específicas, ou parcelas de terra para consumo ou venda, actividades de mercado. Assim, apoiar apenas a homens ex-combatentes é negligenciar a outra parte da equação – e dos mecanismos de apoio e rendimento da família.

⁴ Fernando Pacheco, *Terra e Agricultura em Angola*, FAO/USAID/OFDA, Janeiro de 2002

⁵ Fernando Pacheco, “Land and Agricultural Issues in Angola” InAcord News Issue No. 9 From http://www.acord.org.uk/inacord/land_angola.htm

⁶ Although customary and public laws on land ownership are changing in Angola, traditions that deprive women the right to directly own or inherit land persist in Huambo. These apply in general to all women but they make the position of widowed, divorced or abandoned women particularly difficult.

A daughter does not inherit land - she is expected to marry but when a woman marries she does not automatically gain the right to land through marriage. If her husband dies, she may keep it 'in trust' for her children but has no ownership rights herself. If she is childless, her husband's family has the right to dispossess her of everything. If she has joined her husband in a community other than her own, a widow may be additionally vulnerable. It is assumed that women will return to their own family and receive land and housing there. Many wives of UNITA demobilized soldiers have come long distances from their own families; it is difficult for them to return. The researchers did speak to *sobas* who acknowledged this as a problem and were trying to change it.

⁷ Development Workshop (2004), *Terra & Reintegração de ex-Combatentes no Huambo*.

A reintegração social também parece ser mais difícil para as mulheres das outras áreas, pelo menos para as entrevistadas na pesquisa⁸. São algumas vezes as mulheres que não pertencerem àquela comunidade referem (em grupos de discussão) que sofreram abusos verbais, ou agressões, de membros da comunidade residente.

Estudo de Caso:

Depois da desmobilização, uma mulher de 25 anos, Maria (nome alterado), acompanhou o seu marido excombatente e filhos para a terra natal daquele. Alojaram-se e foi-lhes dada, pela família do marido, terra que começaram a cultivar. Pouco tempo depois ele morre, entretanto, e os seus parentes rapidamente se viraram contra Maria, pedindo a terra de volta. Ela viu-se, assim, sem nada. O *soba* estava ao corrente do problema, mas não conseguiu resolvê-lo; na altura da entrevista ela esperava ter de regressar à sua própria família noutra parte da província.



⁸ Development Workshop (2004), Terra & Reintegração de ex-Combatentes no Huambo

7.3 Resolução dos Conflitos e Capital Social

As relações sociais intra-comunitárias foram realçadas em muitas Ombalas como elemento importante na definição do bem-estar e restabelecimento dos modos de vida das comunidades. Para além disso, as manifestações dos sobas indicam que a capacidade das comunidades em reduzir a sua vulnerabilidade estrutural é maior na presença de um bom capital social e uma boa relação entre os membros da comunidade.

Constatou-se que o nível e tipo de solidariedade variam de uma comunidade para a outra. As relações sociais tendem a ser mais sólidas nas comunidades socialmente mais estáveis, onde as famílias têm maiores recursos económicos e um forte sentido de liderança comunitária. Por exemplo, os mecanismos de empréstimo de dinheiro e trocas de bens alimentares e produtivos são mais suportados e valorizados nas comunidades que já restabeleceram os seus sistemas de vida, ou seja, naquelas aldeias onde já se faz sentir a produção pelo menos há mais de dois anos. Em contra partida, as relações sociais eram notoriamente mais fracas nas aldeias recém estabelecidas ou onde as comunidades estão ainda no início do processo de reinstalação, pouco ou nada têm para vender, limitando-se à troca de mão-de-obra por produtos alimentares numa base diária.

7.4 Percepção de Direitos

O presente estudo mostra que há uma percepção muito vaga sobre as questões de cidadania, limitando-se particularmente aos aspectos de protecção jurídica porque isso tem uma influência directa na vida corrente dos cidadãos. O factor protecção jurídica e direito de cidadania foram abordados pelas comunidades em duas vertentes: primeiro, existe um forte sentimento segundo o qual um individuo só é cidadão, se tiver um documento que o reconhece como tal e, segundo, a vertente documentação associa-se à vertente bem-estar social, uma vez que esta facilita o acesso aos serviços e a aquisição dum titulo da concessão de terra. Vários são os exemplos de crianças que não têm acesso à educação por falta de registos e, também, de adultos constantemente impedidos de estabelecer actividade comercial por falta de um Bilhete de Identidade. A Figura 7.2 mostra a proporção de agregados que tem algum tipo de identificação. Uma terceira vertente de percepção de cidadania esta ligada como poder de exercer o direito de voto.

As comunidades reconhecem o voto eleitoral como um direito de cidadania, mas questiona-se a sua aplicação num quadro em que mais de 40% dos chefes de família (tanto homens como mulheres) não têm qualquer tipo de identificação.

O acesso a informação e aos instrumentos jurídico-legais é bastante limitado. Existe um conhecimento bastante fraco das leis em vigor no país, tais como a Lei Constitucional, Lei de Terras, e Eleitoral. Isso deve-se não só ao facto de haver pouco trabalho de divulgação a nível da administração municipal, mas também por não haver acesso à meios de informação como jornais, livros, boletins informativos, etc.). Apenas 32% dos agregados familiares fazem uso frequente do rádio como fonte de informação e menos de 2% leu jornal nos últimos dois meses que antecederam a este trabalho.

Fig: 7.2
Tipo de Documentação de Identificação do Chefe de Família

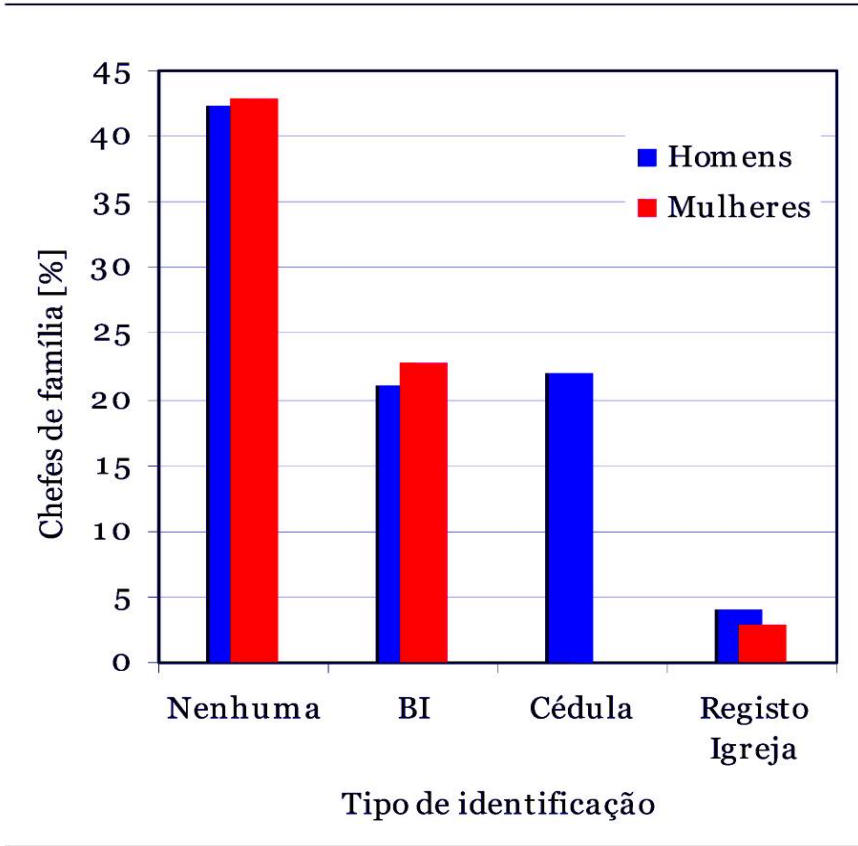


Fig: 7.3 Delineação das Ombalas da Comuna de Ciumbo

